

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História

ESCOLHAS E VIVÊNCIAS DOS COLONOS NO PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO DO CAMPO.
Forquilha - Décadas de 60 e 70.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, sob a orientação da Professora Dra. Cristina Scheibe Wolff.

Johanna Steiner dos Santos

Florianópolis, 2004.

A gente tem a tendência de pensar que só o que nós fazemos é difícil e complexo, cheio de sutilezas e complicações invisíveis aos olhos dos “leigos”. Isto, naturalmente, é um engano que a vida desmascara a todo instante, como sabe quem quer que já tenha ouvido com atenção qualquer homem falar do seu trabalho, que sempre, por mais simples, envolve atividades e conhecimentos insuspeitados.

João Ubaldo Ribeiro
Arte e Ciência de Roubar Galinhas

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
LISTA DE SIGLAS	5
RESUMO	6
ABSTRACT	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – Também há campo no Sul de Santa Catarina... Ou Porque os colonos da região foram esquecidos.	22
CAPÍTULO II – “Passo a passo vamos descobrindo os melhores caminhos para o progresso do homem rural catarinense” - Extensão Rural e a construção de um Novo Homem do Campo.....	44
CAPÍTULO III – Diferentes maneiras de lidar com a modernização do campo: os colonos e suas escolhas.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
FONTES	95

AGRADECIMENTOS

À Ida, Agenor, Michelle, Cícero, Tônico, Clarinha, Léo, Cláudia, Gabriel, Samuca, Fabíola, Amã, Marcelo, Amélia, Armando, Cristina, Flávio, Luciana, Gláucia, Marina, Maria Luíza, Liliane, Nazaré, Gislaine, Mesquita, Renata, Karina, Karine, Célio, Karla, Alda, Darci, André, Pacato, Silvana, Mariângela, Edmundo, Artur, Valeria, Irma, Tiago, Adão, Rogério, Fabiana, Zé Mauro, Fernando, Boni, Neuza, Leonora, Valdete, Kátia, Ciborg, Helena, Youko, Ana Paula, Mateus, Adilson, Lourival, Günther, Nanda, Eduardo, Carlinhos, Lucia, Joana, Teresinha, Magda, Maria Inês, Daniel, Fossati, Ana, Mitsuko, Ionara, Marta, Raul, Mônica, Ana, Lecir, Nadir, Éderson, Melânia, Regina, Kátia, Sasha, Lucélia, Carol, Márcio, Teresa, Yvone, Zé Luiz, Augusto, Fernanda, Carolina, Fabiano, Maísa, Zilda, Tobi, Glauco, Camila, Margarete, Ada, Carlos, Gizele, Betânia, Edgar, Doroti, Dimas, Gelton, Julie, Sérgio Murilo, Gustavo, Celestina, Assis, Kamila, Romário, Marcell, Caroline, Melissa, Pierre, Richard, Alice, Ricardo, Nilson, Janes, Lílian, Berti, Tina, Taty, Marcos, Sandro, Adriana, Loureci, Cibele, Solange, Rita, Mariza, Adílson Heleno, Ernesto, Catarina, Sandro, Clayton, Isabel, Rosana, Daniela, Juceli, Gabriela, Renan, Jonathan, Juci, Rico, Ana Cristina, Guilherme, Carolina, Gisela, Ideli, Juliana, Maçã, Jully, Henrique, Rodrigo, Márcia, Dinarte, Vinicius, Marlene, Marcio, Aurena, Maurício, Saulo, Cristiani, Chico, João, Murilo, Michele, Iran, Alice, Juliana, Cássia, Marco Aurélio, Rafael, Zeca, Leandro, Fábio, Michel, Ruth, Tati, Maninho, Pollyana, Juliano, Rafael, Déia, Luciane, Jorge, Bob, Flavia, Francisco, Ana Beatriz, Hélio, Jeferson, Maria José, Felipe, Luciano, Alessandra, Inácio, Marli, Celso, Roberta, Guimarães, Ado, Elis, Júlio, Boscato, Frank, Humberto, Jimmy, Oto, Mara, Cazito, Cecília, Ligia, Traude, Teresinha, Helmut, Bruno, Ester, Heloísa Helena, Mariana, Elio, Tiago, Agnes, Plínio, Mick, Lucas, Marilda, Andressa, Silvia, Laura, Rodolfo, Eric, Gabrielle, Ayrton, Egon, Janete, Luiz, Pedro, Elaine, Carlota, Eliana, Renato, Rita, Reinaldo, Gregório, Clarice, Odo, Alexandre, Alessandro, Luis Fernando, Denise, Heitor, Patrícia, Ariane, Mário, Aldo, Alex, Juliana, Valdir, Ângela, Adriano, Albino, Antonio Mariano, Luis, Celsa, Elziro, Ema, Cíntia, Elizete, Francisco, Fridolino, Genir, Guido, Hervino, Hilda, Irio, José Francisco, Marino, Mário, Nilza, Olindo, Olívia, Paulo, Relinde, Rosa, Rudi, Terezinha, Venceslau, Zeferino, ou seja...

SIGLAS

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

AMREC – Associação dos Municípios da Região Carbonífera

BB - Banco do Brasil

BDE - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CETRE - Centro de Treinamento da ACARESC

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CLUBES 4S

CODESUL - Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAGRI -

ETA - Escritório Técnico de Agricultura

FECAM -

FRISULCA – Frigorífico Sul Catarinense S.A.

FUCRI

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

PME - Programa de Mobilização Energética

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a constituição dos colonos no processo de modernização do campo ocorrido durante as décadas de 60 e 70 em Forquilha, na região Sul do Estado de Santa Catarina.

Nesse período, modernizar significava estar em consonância com o ideal de industrialização do país e o setor agrário assume a responsabilidade de contribuir para a expansão do setor industrial, especialmente da indústria de bens de produção. Assim, a integração campo/indústria é uma das características do processo de modernização do campo brasileiro. É através de questões como a utilização de máquinas e insumos agrícolas, crédito rural, técnicas de cultivo e criação, educação e formação de crianças e adultos, relação com instituições financeiras e órgãos governamentais que se desenrola o processo de modernização do campo. Mas também é através de quereres, vivências...

Assim sendo, a questão principal desta pesquisa é analisar de que forma o homem do campo está vivenciando as inúmeras transformações na produção, no meio, na vida, no cotidiano. Os colonos estão negando, aceitando ou questionando estes novos valores e práticas?

ABSTRACT

This work has its focus in analyzing the constitution of the countrymen in the countryside modernization process that took place in the 60's and 70's in Forquilha, a city located in the South region in the Brazilian state of Santa Catarina.

At that period of time, to modernize meant to be in good agreement with the country's industrialization ideal and the agricultural sector assumed the responsibility of contributing to the expansion of the industry in particular the goods production segment. Thus the integration countryside/industry is one among the characteristics of the modernization process in the Brazilian countryside. It is through issues such as the utilization of agrarian machines and supplements, rural credit lines, cultivation and growing technologies, education and formation of adults and children, relationships with financial institutions and government agencies that the countryside modernization process goes on. But it is also through desires, experiences...

In this way the main point in this research work is to analyze in which ways the countryman is experiencing the several production transformations, in the environment, in his life and in his routines. Are the countrymen denying, accepting or arguing about these new values and practices?

INTRODUÇÃO

*Este ensaio é dedicado ao homem ordinário. Herói comum.
Personagem disseminada. Caminhante imunerável.*

Michel de Certeau. A Invenção do Cotidiano.

Durante os anos em que estive na escola e mesmo depois na graduação, vez ou outra tive contato com a história da Região Sul de Santa Catarina. Em todos esses momentos, a imagem do lugar estava vinculada ao carvão, seja pela força do setor produtivo e o seu apelo político-econômico, seja pela força dos desejos e angústias das pessoas envolvidas e o seu apelo imaginário.

Assim sendo, a imagem da região era pensada, analisada e enunciada a partir da mineração e da figura do mineiro, do seu trabalho, das suas mãos sujas pelo carvão, da sua saúde debilitada pelas condições precárias de vida. É uma imagem forte e real. É a história de vida de muitos que ali viveram e por isso importante. Contudo, não é a única.

A imagem do Sul negro pelo carvão sempre se chocou com as minhas vivências. Boa parte das férias, feriados, fins de semana de minha infância e adolescência foram passados em Forquilha e, se as aulas mostravam uma região carbonífera, era com uma região rural que tinha contato. Se os livros mostravam fotos de ruas escuras com os dejetos do carvão e os mineiros com as mãos calejadas e enegrecidas pelo trabalho nas minas, era o pasto, a horta, a sanga, o galinheiro e os colonos com as mãos calejadas pelo trabalho com a enxada na lavoura que eu via.

E onde estão estes lugares, estas pessoas, estas histórias?

Excetuando-se a região de Lauro Müller, vinculada desde sua origem à produção do carvão, os demais municípios de grande parte da Região Sul de Santa Catarina foram

fundados e colonizados por agricultores procedentes da Europa ou descendentes de europeus. Durante muitos anos, a atividade predominante foi a agropecuária e, sendo a região isolada de centros maiores, a produção era voltada para consumo próprio e o pequeno excedente econômico era comercializado na própria comunidade. Em 1913, com a descoberta do carvão em Criciúma, a região passou a dedicar-se também à exploração desse minério, principalmente a partir de 1919, com a chegada do ramal da estrada de ferro.¹

Forquilha, núcleo de colonização alemã, emancipou-se de Criciúma em 1989, quando assumiu o posto de maior produtora nacional de carvão, uma vez que ficou com a maior parte das reservas de carvão da região e ampliou a produção das minas existentes em seu território. A partir deste fato, é interessante perceber que, apesar de obter o título, antes dado à Criciúma, de “capital nacional do carvão”, e a mineração ser considerada a característica primordial da economia sul-catarinense, a população rural desta cidade é, ainda nos dias de hoje, próxima de 30% da total.²

A integração é apenas mais uma das características do processo de modernização do campo brasileiro. Para ser moderno era fundamental estar em consonância com o ideal de industrialização do país. Desta forma, a partir da década de 60, ao setor agrário é dada a responsabilidade de contribuir para a expansão do setor industrial, especialmente da indústria de bens de produção. Para tanto, a agropecuária deveria gerar dividendos para o país, possibilitando a importação de bens de capital, bem como se tornar “consumidora”, adquirindo máquinas e insumos ou bens de consumo.

¹ www.amrec.hpg.ig.com.br

² Apesar de este dado percentual já ser bastante significativo para perceber o número de pessoas no campo, entendendo não ser suficiente para classificar o universo rural da região, uma vez que somente é considerada população rural aquela que vive em área rural, independente de sua ocupação. Isto porque a fonte consultada não apresenta dados quanto à ocupação das pessoas desta região. Deve-se destacar, entretanto, que grande parte da região já foi urbanizada, portanto muitas propriedades de produção agropecuária de pequeno porte existentes nestas áreas não estão inseridas nesta estatística, ou seja, muitas pessoas que vivem e trabalham na agropecuária não estão classificadas como população rural. Dados: www.ibge.gov.br

É através de questões como a utilização de máquinas e insumos agrícolas, crédito rural, técnicas de cultivo e criação, educação e formação de crianças e adultos, relação com instituições financeiras e órgãos governamentais que se desenrola o processo de modernização do campo. Mas também é através de quereres, vivências...

Os sujeitos desta história são os colonos integrados do distrito de Forquilha, na cidade de Criciúma, no Sul do Estado de Santa Catarina, que frente às inúmeras transformações no campo com a modernização e a conseqüente subordinação do setor agrícola ao industrial, vivenciaram e registraram todo este processo de diferentes maneiras. E o período histórico compreende as décadas de 60 e 70, quando se instalam as primeiras agroindústrias de pequeno e médio porte na região.

Mas, afinal, quem são essas pessoas? Quem são os colonos?

Carvalho³ propõe uma identificação das classes sociais presentes no campo como forma de compreender a estrutura social existente na dinâmica rural. Para tanto, estabelece uma diferenciação através das formas de propriedade dos meios de produção, quais sejam, a propriedade legal, que é consagrada pelo Direito; a propriedade econômica, que é o controle econômico sobre os meios de produção (controle sobre os fluxos de investimento ou sobre o que é produzido); e a posse, que é o domínio do processo de trabalho (controle sobre o processo de produção ou sobre como as coisas são produzidas).

Assim, segundo este autor, a formação social no campo no país apresenta três classes sociais distintas, sendo duas inerentes ao capitalismo: a da “*burguesia agrária*”, que detém a propriedade legal, a propriedade econômica e a posse dos meios de produção, além de empregar força de trabalho assalariada; e a do “*proletariado agrário*”, que é composta pelos

³ CARVALHO, Horácio Martins. *A Estrutura das Classes Sociais no Campo*. In: BONIN, Anamaria Aimoré, FERREIRA, Ângela D. Damasceno & HELM, Cecília M. Vieira. *Movimentos Sociais no Campo*. [prefácio: Octávio Ianni]. Curitiba: Criar/Scientia et Labor – Ed. da UFPR, 1987.

trabalhadores rurais que vendem sua força de trabalho, não tendo as propriedades legal e econômica, muito menos a posse.

A terceira classe, que é o objeto de interesse desta pesquisa, é a dos “*produtores simples de mercadorias rurais*”. Esta também detém o controle sobre as formas de propriedade dos meios de produção; a diferenciação, contudo, ocorre no fato de os produtores simples de mercadorias rurais não utilizarem força de trabalho externa, ou seja, do trabalho ser realizado apenas pelo grupo doméstico. Assim, os pequenos proprietários rurais são aqueles que detêm o controle sobre os meios de produção, realizando ou não culturas de subsistência, vinculados ou não a agroindústrias, mas onde o trabalho é realizado basicamente pelo núcleo familiar. É por isso que o autor a considera como sendo apenas uma fração da classe social da burguesia agrária.

Ainda é necessário diferenciar os pequenos proprietários rurais “simples”, que têm autonomia dos meios de produção, do processo de produção e da comercialização dos produtos, e os pequenos proprietários rurais integrados, que possuem o controle dos meios de produção, e que estão subordinados à lógica industrial.

Produtores rurais integrados são aqueles que comercializam a produção apenas com as agroindústrias que estão vinculadas, recebendo para tanto orientações técnicas e insumos agrícolas, ou seja, são aqueles que tem as formas de produção e comercialização determinadas pela agroindústria. “*O integrado é submetido à homogeneização das condições técnicas, pois esta é uma cláusula necessária para atingir o padrão de racionalidade e acumulação que as empresas se propõem*”.⁴

Se esta forma de classificação do homem do campo dá conta de analisar a unidade de produção, não parece ser suficiente para analisar as relações sociais daqueles envolvidos com o processo produtivo.

O grupo social em questão é o dos colonos. Chamá-los de colonos é uma opção metodológica. Nada mais justo que, buscando analisar a constituição deste sujeito histórico, considerar as formas pelas quais se entendem, percebem-se e denominam-se. A diferenciação, entre integrados ou não, é minha. É uma forma de facilitar a análise de alguns pontos de destaque no processo de modernização do campo e a reação das pessoas que vivenciaram esta situação.

Entre os colonos, não há diferenciação entre integrados e não integrados. Antes de serem os produtores integrados ou não, eles são os colonos. Este fato apenas já parece ser bastante significativo para analisar a forma como estas pessoas lidaram e lidam com o processo de integração. A integração não parece ser motivo suficiente para o reconhecimento do outro (integrado) como o outro realmente. O integrado ainda faz parte do “nós”.

Muito se tem falado acerca das relações do homem do campo com a agroindústria, com o processo de modernização, com o governo, mas pouco se tem falado acerca da relação dos homens e das mulheres com seus semelhantes e com o meio em que vive frente a estes processos e instituições.

Assim sendo, esta é a problemática central desta pesquisa: de que forma o homem do campo está vivenciando as inúmeras transformações na produção, no meio, na vida, no cotidiano? Os colonos estão negando, aceitando ou questionando estes novos valores e práticas?

Deve-se considerar, obviamente, que o processo de modernização não ocorre para além do colono. Neste momento, surgem outros desejos, outras necessidades... E ocorrem movimentos de mudança “no próprio coração dos indivíduos, em sua maneira de perceber o

⁴ PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos*. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. p.19.

mundo, de se articular com o tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas”.⁵

Trata-se de uma subjetividade coletiva, ou melhor, de um “agenciamento coletivo de enunciação”, de uma nova produção de sentido que se estabelece socialmente. “A *subjetividade* está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é *essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares*”⁶, ou seja, um sujeito social não é um indivíduo. “A subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo, outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social”.⁷

É preciso considerar que a sociedade não é composta por uma série de individualidades somadas, mas antes o indivíduo constitui-se a partir da sociedade de que participa e de seus componentes econômicos e culturais. Somos reflexos desta subjetividade social, e como indivíduos estamos “na encruzilhada de múltiplos componentes”⁸ da mesma. Por outro lado, não se pode isentar o indivíduo no processo de constituição da sociedade.

Desse modo, a sociedade é, sem dúvida, o produto de interações entre indivíduos. Essas interações, por sua vez, criam uma organização que tem qualidades próprias, em particular a linguagem e a cultura. E essas mesmas qualidades retroatuam sobre os indivíduos desde que vêm ao mundo, dando-lhes linguagem, cultura, etc. Isso significa que os indivíduos produzem a sociedade, que produz os indivíduos.⁹

Também buscando evidenciar a relação entre o papel do indivíduo na constituição da sociedade e o papel desta na constituição dos indivíduos, Elias desenvolveu uma metáfora

⁵ GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986. p.26

⁶ Ibid., p. 33.

⁷ Ibid., p. 31.

⁸ Ibid., p.34.

⁹ MORIN, Edgar. A Noção de Sujeito. In: SCHNITMAN, Dora F. (org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

bastante pertinente, onde o indivíduo apresenta duas funções interligadas e que não existem isoladamente: a de moeda X matriz.

Aquilo que muitas vezes é conceitualmente separado como duas substâncias diferentes, ou duas camadas diferentes dentro do ser humano – sua “individualidade” e seu “condicionamento social” – não passa, na verdade de duas funções diferentes das pessoas em suas relações recíprocas, nenhuma das quais pode existir sem a outra.¹⁰

Somos criadores e criaturas neste imenso e complexo jogo social.

De acordo com Guattari & Rolnik, há ainda uma subjetividade mais ampla, a subjetivação capitalística, que tem orientado os caminhos tomados pela nossa sociedade e que permeia as demais subjetividades. E, “o que é produzido pela subjetividade capitalística [...] são, mais essencialmente, sistemas de conexão direta, entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras e de controle social e, de outro, as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo...”.¹¹

Esta subjetividade capitalística constituiu-se historicamente a partir, e não apesar, do entrecruzamento das inúmeras subjetividades sociais que existiram e/ou existem. Da mesma forma que esta subjetividade mais ampla constitui as demais, também é por elas constituída. Da mesma forma que o indivíduo é “serializado, registrado, modelado” pelas muitas subjetividades sociais que o perpassam, estas também são constituídas pelos indivíduos. Contudo, é fundamental destacar que “quando falo, ao mesmo tempo em que eu, falamos ‘nós’, nós a comunidade cálida da qual somos parte.”¹², ou seja, todos nós somos representações do social.

Os colonos questionam e muito esta nova ordem social na qual se inserem, seja através da não implantação de alguns preceitos defendidos pelos que almejam a modernização do campo brasileiro nos moldes da subordinação do campo à indústria, seja analisando de forma

¹⁰ ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.56.

¹¹ GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely., op. cit., p.67.

crítica as diversas situações existentes, reivindicando e contribuindo para a promoção de mudanças nesta relação.

É o caso do crédito rural, do assistencialismo, da utilização de máquinas, da monocultura. Todos estes pontos, primordiais para o ideal de modernização pretendido, são questionados em diferentes momentos e de diferentes formas pelos produtores rurais. Desta forma, ao contrário de assimilar avidamente tais preceitos, muitos destes participaram ativamente da constituição de novas situações, novos valores, novas vivências...

Trata-se de considerar “(...) as suas microinstâncias, a sua subjetividade, a organização da vida dos sujeitos sociais envolvidos, suas estratégias e racionalidades internas, implementadas como experiências relacionais de um mundo historicamente vivido”.¹³

Quando se fala em homem do campo, o objetivo é falar das famílias – homens, mulheres e filhos, uma vez que a região estudada tem a propriedade do tipo familiar como característica. De acordo com Carneiro, entende-se por agricultura familiar “(...) uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente ligados”.¹⁴

E partindo desta postura, não apenas o homem do campo é problematizado, mas também o processo de modernização por que passa e o espaço em que vive. O campo não é visto apenas como um lugar fixo, determinado, reduzido ao que Certeau chama de “estar aí de um morto”¹⁵, mas como um espaço, associado à idéia de movimento, que é re-elaborado, re-pensado, re-significado. Assim, o espaço é visto como um “lugar praticado”.¹⁶

Trata-se de analisar o espaço vivido, o homem em si de forma relacional, ou seja, analisar o micro, objeto já definido, e relacionar ao macro, estruturas, organizações, discursos

¹² MORIN, op. cit., p.54.

¹³ TEDESCO, João Carlos. *Terra, Trabalho e Família. Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.17.

¹⁴ CARNEIRO, Maria José. *Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas*. In: COSTA, Luiz Flavio C., MOREIRA, Roberto José e BRUNO, Regina (orgs). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999. p.329.

¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano. 1. Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p.203.

e práticas mais amplas constituídas no social. Trata-se de “(...) descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação na vida”.¹⁷

Para tanto, não parece haver outra possibilidade para compreender as formas pelas quais o sujeito é constituído e constitui-se senão pela análise das suas falas, das suas lembranças, de sua memória, isto porque “(...) a memória resgata as reações ou o que está submerso no desejo e na vontade individual e coletiva”.¹⁸

Desta forma, no período de maio a agosto de 2002 foram realizadas inúmeras entrevistas com pessoas ligadas à pequena produção na região, integradas e não integradas, filiadas e não filiadas ao sindicato.

As entrevistas não tiveram um questionário predeterminado, entretanto foram dirigidas para evitar que questões importantes deixassem de ser analisadas. Assim, temas como o cotidiano da unidade produtiva, os desejos e angústias dos colonos no processo de modernização do campo, as formas de produção, a relação dos colonos com os sindicatos, com a agroindústria, com os extensionistas, entre outras, fizeram parte de um roteiro preestabelecido que norteou as conversas com todos os colonos.¹⁹

Também foram utilizados os relatos autobiográficos deixados por pessoas que viveram na região, sendo que, na maioria dos casos, as famílias permanecem morando na região e vinculados ao campo. Percebe-se em Forquilha uma busca pela conservação da memória e tradição familiar através da produção de textos. Boa parte das famílias que fundaram o núcleo de colonização alemã na região possui um livro já publicado sobre suas vivências, sua

¹⁶ Como exemplo, o autor cita a rua que é traçada por um urbanista, mas que somente é transformada em espaço pelos pedestres. O lugar remete-se aos objetos e o espaço remete-se às ações dos sujeitos históricos.

¹⁷ LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p.137.

¹⁸ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória. A cultura oral revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. p. 20.

¹⁹ Ver: TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. *Arquivo: propostas metodológicas*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FV, 2001.

história. É o caso das famílias Back, Steiner, Arns, Loch, entre outras. Neste caso, o ato de lembrar seria o que Bosi chamou de diamante bruto que precisa ser lapidado, uma vez que “(...) sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia.”²⁰

É bastante interessante perceber o processo pelo qual as nossas lembranças são constituídas. Digamos que esta pesquisa ajudou a “dilapidar vários diamantes brutos”. É o meu caso, é o caso de minha mãe, nascida e criada na região. Ao realizar as entrevistas e ao entrar em contato com as autobiografias, pudemos conhecer fatos insuspeitados, vivenciar sensações inesperadas, desmistificar inúmeras situações, quebrar alguns encantos e criar outros mais, ou seja, constituímos nossas lembranças, recriamos nossas memórias...

A memória é um fenômeno privado, seletivo e individual. Mas, assim como o indivíduo, que constitui e é constituído pela sociedade, a memória é ligada ao social e pelo mesmo condicionada. Trata-se, pois, de uma memória social e esta também é seletiva. “De fato, o que sobrevive não é conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada [...] pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade”.²¹

O objetivo não é apenas “recuperar” as situações vividas pelos colonos, mas considerar a memória como um elemento em permanente processo de construção a ser analisado, ou seja, construir e escrever uma das possíveis histórias para os acontecimentos em questão. Deve-se considerar, portanto, que a história é pensada, feita e refeita de acordo com as perguntas realizadas pelos historiadores ou o surgimento de outras fontes e documentos.²² Para Le Goff, “(...) tal como o passado não é a história mas o seu objeto, também a memória

²⁰ BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. *Lembranças de Velhos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 81.

²¹ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: História e Memória. [tradução: Suzana Ferreira Borges]. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNICAMP. p. 535.

²² MONTENEGRO, op. cit., 1994.

não é a história, mas um de seus objetos”.²³ Assim, a história, também objeto em permanente construção, busca resgatar o passado como forma de analisar e compreender a realidade social presente.

Sobre a relação e diferenciação entre memória e história, Norá evidencia que,

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais, flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico.²⁴

São muitas as publicações sobre a produção e os produtores integrados. Entre outros, devem ser destacados os trabalhos de Belato, “Os Camponeses Integrados”²⁵, que analisa o processo de integração do campesinato brasileiro e estabelece relações macro econômicas e políticas, bem como a dissertação defendida por Campos, “Os Colonos do Rio Uruguai. Relações entre pequena produção e agroindústria no Oeste Catarinense”²⁶, que trata dos desdobramentos destas relações que o próprio título evoca.

Paulilo, em seu livro “Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. O caso de Santa Catarina”, que, da mesma forma que esta pesquisa, tem como objeto de estudo os produtores rurais integrados do Sul catarinense, analisa a relação de integração, considerando-a como um “campo de forças” entre os produtores e a agroindústria. A autora questiona o conceito de “proprietário formal”, uma vez que esse estaria somente em parte subordinado ao “capital”. A autora considera que questões como o crescente processo de modernização do

²³ LE GOFF, Jacques. História. In: História e Memória. [tradução: Irene Ferreira]. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNICAMP. p. 49.

²⁴ NORÁ, Pierre. *Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares*. [tradução: Yara Aun Khoury]. In: PROJETO HISTÓRIA. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados e o Departamento de História da PUC/SP. São Paulo. Nº 10. Dezembro/93. p. 09.

²⁵ BELATO, Dinarte. *Os Camponeses Integrados*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas 1985.

²⁶ CAMPOS, Índio. *Os Colonos do Rio Uruguai. Relações entre Pequena Propriedade e Agroindústria no Oeste Catarinense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande: 1987.

campo atrelado ao processo geral de acumulação capitalista, a dependência de financiamento bancário ou de fornecimento por parte da agroindústria de certos componentes para a produção e a perda de autonomia no processo produtivo contribuem para fortalecer este argumento. Entretanto, ao considerar os produtores integrados apenas como proprietários formais da terra, prejudica-se “(...) a compreensão do universo do produtor integrado, na medida em que subordina esse universo a uma relação com as agroindústrias, então entendidas como manifestações do ‘capital’ ”.²⁷

Este é um dos poucos trabalhos sobre a Região Sul de Santa Catarina que focaliza o setor agropecuário e as pessoas envolvidas com o campo. Contudo, sobre a região há uma diversidade de trabalhos que destacam outros aspectos, em especial o setor carbonífero. É o caso de Carola, que em “*Dos Subterrâneos da História: As Trabalhadoras das Minas de Carvão de Santa Catarina. (1937-1964)*”²⁸, analisa a participação das mulheres e as relações de poder e resistência no cotidiano das minas em Criciúma, e de Volpato, que em “*A Pirita Humana. Os Mineiros de Criciúma*”²⁹, faz uma análise sociológica do trabalho nas minas de Criciúma. Ainda sobre o Sul de Santa Catarina, há os trabalhos de Loch - “*A Influência da Exploração Carbonífera nas Atividades Agrícolas e no Desenvolvimento Global de Criciúma*”³⁰ e Santos - “*Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina*”³¹.

Sobre as iniciativas governamentais para a construção de homem e campo modernos em Santa Catarina, podemos destacar o trabalho de Lohn, “*Campos do atraso, campos*

²⁷ PAULILO, op. cit., p. 32

²⁸ CAROLA, Carlos Renato. *Dos Subterrâneos da História: As Trabalhadoras das Minas de Carvão de Santa Catarina. (1937-1964)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

²⁹ VOLPATO, Terezinha Gascho. *A Pirita Humana. Os Mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

³⁰ LOCH, Ruth E. N. *A Influência da Exploração Carbonífera nas Atividades Agrícolas e no Desenvolvimento Global de Criciúma*. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis, 1992.

³¹ SANTOS, Maurício Aurélio dos. *Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1997.

modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)”³². Este analisa os discursos produzidos pela Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina, a ACARESC, que via na construção do "novo" produtor rural a possibilidade para a superação do atraso do campo catarinense; e Silva, que em “Saber, Sentir, Servir e Saúde. A Construção do Novo Jovem Rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)”, analisa as ações do governo para a formação de um novo e moderno jovem agricultor. O autor busca perceber "(...) as vozes dissonantes (ou desafinadas) neste processo"³³, ou seja, entende o jovem agricultor como atuante no processo de constituição de sua história. Nesta perspectiva, nem tudo saiu conforme planejado. As pessoas também participam, as pessoas também fazem escolhas. Homens e mulheres atuam, as pessoas fazem suas escolhas...

Sobre a influência e o papel da ACARESC na vida das pessoas e no campo, há ainda, o trabalho de Santos, “As moças que não podiam casar. O caso das extensionistas sociais da ACARESC (1956-1982)”³⁴, que analisa a busca pela constituição de padrões e normas de conduta para as extensionistas rurais.

Buscando dar visibilidade ao homem do campo na Região Sul de Santa Catarina, o primeiro capítulo intitulado “Também há campo no Sul de Santa Catarina... ou Porque os colonos da região foram esquecidos”, trata da construção de um discurso homogêneo para a região, focado no setor carbonífero e industrial, excluindo-se de forma bastante contundente os demais setores da sociedade, como é o caso dos produtores rurais de Forquilha.

O segundo capítulo, intitulado “Passo a passo vamos descobrindo os melhores caminhos para o progresso do homem rural catarinense” - Extensão Rural e a construção de

³² LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Campos do Atraso, Campos Modernos. Discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)*. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis, 1997.

³³ SILVA, Claiton Marcio. *Saber, Sentir, Servir e Saúde. A Construção do Novo Jovem Rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)*. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis: 2002. p. 17.

³⁴ SANTOS, Clarice Schultz. *As moças que não podiam casar. O caso das extensionistas sociais da ACARESC (1956-1982)*. Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

um Novo Homem do Campo”, busca analisar a preocupação dos órgãos governamentais e dos jornais, com a formação de um “novo homem” do campo que, adequado ao ideal de desenvolvimento do período, pudesse contribuir para a industrialização do país.

O terceiro capítulo, intitulado “Diferentes maneiras de lidar com a modernização do campo: os colonos e suas escolhas”, aborda a forma com que os produtores rurais vivenciaram e registraram este processo de modernização do campo, considerando para tanto, que a relação do agricultor com a agroindústria não pode ser pensada somente a partir de questões como subordinação e dependência.

Assim, além das entrevistas realizadas e dos relatos autobiográficos, as fontes utilizadas neste estudo foram: jornais – a Tribuna Criciumense, fotos, entrevistas e folder existentes no acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma; relatórios e impressos produzidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, existentes no acervo da EPAGRI. Estas fontes foram escolhidas por possibilitarem a análise de três perspectivas diferentes – a mídia, o governo e os colonos – de uma mesma situação: o processo de modernização do campo e a constituição do novo homem do campo.

CAPÍTULO I – Também há campo no Sul de Santa Catarina... Ou Porque os colonos da região foram esquecidos.

Para isso, todavia, precisamos de tempo, sendo realmente necessário considerar os acontecimentos, combiná-los, descobrir-lhes os nexos, mesmo aqueles menos visíveis.

UMBERTO ECO. Baudolino.

Muitos foram os discursos que circularam sobre a Região Sul de Santa Catarina e, em todos eles, o campo nunca esteve “no verdadeiro”, ou seja, nunca foi reconhecido como legítimo e, por isso mesmo, enunciado.

Para que o campo entrasse “no verdadeiro” a respeito da região e do país, era necessário que respondesse “(...) a condições, em um sentido mais restritas e mais complexas, do que a pura e simples verdade”.³⁵ Não bastava apenas existir. Para que fosse visto, o campo deveria estar de acordo com um discurso que circula há muito tempo, e que norteia inúmeras outras práticas discursivas: a necessidade de desenvolvimento nacional.

Trata-se de um discurso que vê a superação do subdesenvolvimento do país como fundamental para a sua trajetória como nação. Busca-se o progresso do país, de modo a evidenciar o valor da nação brasileira e inseri-la no jogo político dos países que determinam os interesses mundiais. Dentro deste discurso crê-se que “(...) haveremos de alargar, cada vez mais, os caminhos que constituem os desafios do presente, para elevarmos esta Nação ao Brasil-Grande que todos nós desejamos”.³⁶

³⁵ FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. [tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio]. 5. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1999. (Leituras Filosóficas -1). p. 31.

³⁶ COMISSÃO DE ESTUDOS REGIONAIS DO SENADO FEDERAL. V Encontro de Estudos e Debates. O II PND e os Programas de Desenvolvimento Regional no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 04 a 07 de dezembro de 1975. p. 05.

Por muito tempo, os discursos produzidos pela historiografia, pelos relatórios de órgãos governamentais e pela mídia, caracterizaram a Região Sul do Estado de Santa Catarina exclusivamente pela mineração, decretando a “sentença de morte” do outro, daquele que não estivesse relacionado ao carvão.

A história da cidade de Criciúma, sendo a “cidade-pólo” da região, há muito foi tomada como “fio condutor” nos estudos sobre a Região Sul do Estado. Tendo o título de “capital nacional do carvão”, título este que na própria cidade acabou excluindo outros setores, Criciúma trouxe para toda a Região Sul de Santa Catarina este caráter “essencialmente” ligado à mineração.

A região Sul se apresenta específica e singular, no cenário da produção catarinense. Enquanto o Norte é reconhecido por seu parque industrial e o Planalto pela pecuária, o Oeste segue sobranceiro no seu desenvolvimento agrícola. No Sul, foram as jazidas minerais de carvão que ofereceram seu potencial às atividades produtoras, e estas passaram a caracterizar a região desde o início do século.³⁷

E a Forquilha, distrito de Criciúma até 1989, ano em que ocorreu sua emancipação, não é dado outro tratamento. Desde sempre, sua história, por estar diretamente vinculada à história de Criciúma, foi caracterizada pela mineração. Entretanto, deve-se considerar que o vale do rio Mãe Luzia, região onde hoje está situado o município de Forquilha, foi colonizado por alemães e descendentes destes originariamente vinculados à terra e à produção agropecuária, tendo, portanto, um histórico diferente do restante da Região Sul, senão pela relação com o campo, mas pela etnia. Forquilha era um núcleo de colonização alemã, dentre tantos núcleos de colonização italiana. Certamente este fato influenciou no processo de emancipação da cidade em fins da década de 80.

Os primeiros descendentes de imigrantes alemães chegaram por volta de 1918, migrando do vale do Capivari, região mais ao norte de Santa Catarina. No vale do rio Mãe Luzia, os colonos demonstraram, desde a chegada, a efetiva ligação com a agropecuária. É o

que mostra Silva em seus registros sobre a vida de Jacob Arns, professor primário da colônia no início do século, nascido e criado na região:

Parece que, para cada nova geração, o destino reservara a mesma sina: procurar um pedaço de chão, derrubar a mata, queimar a coivara, cultivar a terra, construir uma nova moradia... Recomeçar a vida, por assim dizer, da “estaca zero”.³⁸

Segundo Gatelli, para garantir a sobrevivência da família, os colonos da região dedicaram-se à policultura com a produção de alimentos como milho, mandioca, feijão, legumes, verduras, ervas para os chás e os temperos e árvores frutíferas. Também criavam animais, como porcos, vacas e galinhas. “Devido ao isolamento da colônia e da conseqüente dificuldade em obter produtos de primeira necessidade, os colonos obtinham do seu próprio trabalho em suas propriedades, tudo o que necessitavam para a sua sobrevivência”.³⁹

Forquilha, desde sua constituição como núcleo de colonização alemã, foi caracterizada pela presença dos colonos que, inicialmente, produziam exclusivamente para a subsistência da família, uma vez que o acesso aos mercados consumidores era bastante restrito. É somente anos mais tarde, a partir da década de 20, que os colonos passaram a comercializar os excedentes da produção agropecuária.

Em 1989, ano da emancipação de Forquilha, a cidade passou a ser considerada a maior produtora nacional de carvão. Ainda assim, cerca de 30% da população permaneceram vinculados ao campo. Como pode este imenso número de pessoas ter sido esquecido?

Quando se fala do Sul de Santa Catarina, fala-se de Criciúma. E quando se fala de Criciúma, fala-se do carvão. A homogeneização dos discursos partindo da mineração para a região ainda ocorre nos dias de hoje; entretanto, é necessário destacar que inúmeros outros

³⁷ VOLPATO, op. cit. , p.15.

³⁸ SILVA, Walburga Arns. *Saga de uma família teuto-brasileira*. Lehrer Arns. Registro e Vida de um Professor de Colônia. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1998. Série Estudos Teuto-Brasileiros 4. p.66.

³⁹ GATELLI, Gema. *A Evolução Econômica de Forquilha*. Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da FUCRI. Criciúma, 1987.

discursos caracterizaram Criciúma e região a partir de outras perspectivas. E estes discursos evidenciaram ou excluíram pessoas, grupos, setores em diferentes momentos de acordo com as necessidades econômicas e políticas do governo e das elites da região.

Considerando que “(...) em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e terrível materialidade”⁴⁰, são utilizados procedimentos de controle e delimitação que concorrem para o processo de homogeneização dos discursos produzidos.

Trata-se da interdição: um dos procedimentos de exclusão, que se exerce do exterior e que evidencia os embates pelo poder. Não se pode falar de tudo (tabu do objeto), em qualquer circunstância (ritual da circunstância) e por qualquer um (direito exclusivo e privilegiado do sujeito que fala).

Teixeira, ao estudar a constituição das relações de poder e o imaginário das elites de Criciúma, questiona esta redução do “pensar” a cidade a partir apenas do reconhecimento da mineração. Considera que isso “(...) seria uma mistificação, uma ideologização da história de Criciúma”.⁴¹ No caso, não apenas o pensar, mas também o falar.

No livro “Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina”, Santos defende “(...) que o carvão esteve na base do surgimento e desenvolvimento de outros setores econômicos”.⁴² Sabe-se que para um setor produtivo especializado funcionar depende do funcionamento de inúmeros outros, como do comércio, da agricultura e da indústria. Sem estes, não haveria abastecimento da região com produtos e alimentos necessários à manutenção da comunidade e sua produtividade, ou seja, há de se considerar a interdependência dos setores produtivos.

⁴⁰ FOUCAULT, 1999. p.08-09.

⁴¹ TEIXEIRA, José Paulo. *Os Donos da Cidade. Poder e Imaginário das Elites de Criciúma*. Dissertação de Mestrado. UFSC. Florianópolis, 1995. p.29.

Evidencia-se aqui um dos procedimentos de exclusão, o tabu do objeto: fala-se apenas do carvão e somente a partir dele. Sem dúvida, a mineração foi responsável pela constituição de alguns aspectos físicos necessários para a sua manutenção. Entretanto, ao selecionar e falar apenas dela, são excluídos “(...) aspectos dissidentes, desviantes, contrários à linha de pensamento dominante e, neste sentido, são ocultadoras”.⁴³

Neste caso, outros aspectos sobre a região foram ocultados, e porque não dizer, excluídos, em função do carvão. É o caso da agricultura, da pecuária. Ao carvão era associado o fator progresso, e por isso dele se falava. Em oposição, ao campo era associado o fator atraso, e por isso, não enunciado.

Antes mesmo da descoberta do carvão na região de Criciúma, já havia vários núcleos de colonização alemã e italiana nesta região, sem qualquer vinculação com a mineração e sim com a produção agropecuária, inicialmente para subsistência, mas que logo passou a comercializar seus excedentes e abastecer o mercado local com gêneros alimentícios.

Mas é somente a partir da década de 60, quando o desenvolvimento do país passa a se relacionar intimamente com a sua industrialização, que o campo, até então visto como fator de entrave para o país, associando-se ao setor industrial, tornou-se um possível agente de transformação e progresso da sociedade brasileira. Então, o campo passou a “existir”. Até este momento, apesar de ser parte constituinte da história da região, a agropecuária e os produtores rurais ficaram esquecidos.

Excetuando a cidade de Lauro Müller, único município que teve sua origem vinculada exclusivamente à extração de carvão, toda a Região Sul de Santa Catarina teve sua base econômica constituída pela agricultura, sendo Criciúma apenas mais uma das cidades onde, paralelos à exploração do carvão mineral, estabeleceram-se, em algumas localidades,

⁴² SANTOS, M., 1997, p.20.

⁴³ MONTERO, Maritza. Estratégias discursivas ideológicas. In: LANE, Sylvia T. M. & SAWAIA, Bader B. (orgs.) *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.92.

pequenos produtores rurais. Estes obtiveram, e ainda obtêm, significativa produção agropecuária, servindo não apenas de suporte para a manutenção da mineração na região, mas contribuindo efetivamente para o seu desenvolvimento, através da industrialização e comercialização de sua produção para todo o país e até mesmo para o exterior.

Não se trata aqui de desqualificar a mineração e os seus trabalhadores, mas sim perceber as motivações desta homogeneização de discursos sobre a sociedade do Sul do Estado, ocorrida, neste momento, em função apenas de um setor, de um grupo social. A idéia não é substituir um setor/grupo por outro, ou valorizar mais um em detrimento de outro, mas sim possibilitar a visibilidade de outros setores produtivos e, principalmente, de outros grupos sociais que estão permanentemente à margem dos investimentos, das discussões, da história. Trata-se, então, de mudar a ênfase do discurso: do uno e homogêneo para o múltiplo e diverso.

Desta forma, questiona-se: Como o discurso que legitima a homogeneização da Região Sul de Santa Catarina em função da mineração tornou-se “verdade” dentre tantos outros possíveis? Ou seja, quais as motivações que levaram à reprodução deste discurso pelas mídias e pelo governo, e à assimilação do mesmo pela comunidade em geral?

A questão é levar em conta o “fato discursivo” em si, é analisar “(...) a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua regularidade, passar às suas condições de possibilidade, àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras”.⁴⁴ Assim, a partir do princípio da exterioridade, analisar não uma significação interna existente no discurso, mas sim, perceber o que possibilitou o surgimento desta prática discursiva.

Não se trata de saber se este discurso é verdadeiro ou falso, mas sim, o porquê de ele existir e quais as suas implicações. “Daí, enfim, o fato de o ponto importante não determinar

se essas produções discursivas e esses efeitos de poder levam a formular a verdade [...] ou, ao contrário, mentiras destinadas a ocultá-lo, mas revelar a ‘vontade de saber’ que lhe serve ao mesmo tempo de suporte e instrumento”.⁴⁵

Até a década de 60, período em que os discursos sobre a região mudam seu enfoque, procurou-se constituir, por parte das elites do setor da mineração de Criciúma, uma caracterização para a região associada exclusivamente à mineração. Ou seja, até este momento, falava-se de formas diferentes sobre o carvão, mas se falava apenas do carvão.

Sobre os discursos que circularam na região sobre o carvão, Carola, pesquisando a história das mulheres nas minas de carvão de Santa Catarina, entre 1937 e 1964, destaca que, houve duas ênfases distintas, mas que ambas seriam faces da mesma moeda: a ideologia da crise e a ideologia do progresso.

A primeira enfatizava as constantes crises pelas quais passava o setor e criticava a falta de apoio governamental. A segunda evidenciava a importância do carvão para garantir a soberania nacional. “Tudo leva a crer que a estratégia dos empresários do carvão de Criciúma e região era a de obter recursos e garantir um mercado interno para o consumo do carvão nacional, sem o qual provavelmente não teriam sobrevivido.”⁴⁶

Foi somente a partir da década de 60 que outros setores e grupos passaram a fazer parte dos discursos sobre a região e textos relacionados à diversificação da economia, ao deslocamento de mão-de-obra e investimentos para outros setores produtivos, e a necessidade de atuação e estruturação dos mesmos eram produzidos, principalmente nos jornais. E Criciúma passou a ser encarada como “(...) uma cidade que vive e progride em razão da

⁴⁴ FOUCAULT, 1999, op.cit., p.53.

⁴⁵ FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. [tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p.17.

⁴⁶ CAROLA, op. cit., p.170.

grandiosidade representada pela sua indústria invejável e seu povo laborioso e altaneiro, amante dos bons princípios”.⁴⁷

A diversidade econômica existente em Criciúma recebeu lugar de destaque e o carvão, antes visto como única possibilidade de desenvolvimento para a região, tornou-se apenas mais um setor produtivo importante. E esta diversificação estava relacionada à industrialização. Assim, ao lado da mineração, outro setor passou a ter capacidade para gerar o desenvolvimento e a modernização da região: a indústria e se constituíram as indústrias da cerâmica e do vestuário e também as agroindústrias.

“Precisamos de mais indústrias”⁴⁸, diz a manchete do principal jornal de Criciúma em 1964, evidenciando a política de desenvolvimento adotada pelo governo – do país, do Estado e da região – neste momento. Seguindo este ideal, a reportagem mostra que “(...) as indústrias para o sul além de constituírem numa necessidade para o homem, com a elevação do nível de vida, apressaria o desenvolvimento regional e proporcionaria maior arrecadação ao município”.

Agora a industrialização era estratégica e rentável. Com isso, alguns grupos empresariais ligados ao setor da mineração passaram a investir no setor industrial. “Setores do empresariado começam a perceber que as chamadas crises do carvão não decorriam apenas da dependência do setor em relação às políticas e decisões governamentais, mas do esgotamento do modelo ‘exclusivista’ adotado e passam a investir em outros ramos industriais, como a cerâmica e têxtil.”⁴⁹

Foi nesse momento que houve um novo foco de preocupação, e à indústria de Criciúma foi dada a importância que até então não tinha. Por que os discursos produzidos

⁴⁷ Criciúma: Seu Progresso e Seus Problemas. In: Tribuna Criciumense. Nº 335. 20/11/1961. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

⁴⁸ Precisamos de Novas Industrias. In: Tribuna Criciumense. Nº 443. 18 a 25/01/1964. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

⁴⁹ TEIXEIRA, op. cit., p. 47.

sobre a região passam a focar outros aspectos da economia de Criciúma: a “diversidade econômica”, leia-se, a indústria? Ou seja, por que neste momento se altera novamente a “vontade de saber”?

Pode-se dizer que esse processo ocorreu, basicamente, em função da difusão do ideal desenvolvimentista, incorporado pelo governo e balizado por alguns intelectuais que viam na industrialização a única possibilidade para o desenvolvimento do país.

O governo entende que para promover o desenvolvimento nacional é necessário industrializar-se, sendo que a “(...) ‘Nova Revolução Industrial’ referida nas Metas e Bases para a Ação do Governo é objetivo que no país decorre do espírito de fé e no sucesso do Brasil como Estado e Nação”.⁵⁰

E muitos intelectuais reforçam este ideal. Eles foram chamados de “desenvolvimentistas” e defendiam um planejamento econômico estadual voltado para a ampliação do setor industrial, crendo ser necessária a intervenção estatal na economia de modo a criar uma infra-estrutura básica, bem como a adoção de uma política financeira adequada que permitisse a difusão das indústrias pelo Estado. De acordo com Michels, “(...) na história da economia política catarinense, os desenvolvimentistas, mais do que analisá-la, têm participação decisiva, atuando nos diversos governos estaduais”.⁵¹

Fernando Marcondes de Mattos, um economista que esteve vinculado a diversos governos, evidencia o seu compromisso com o ideal desenvolvimentista difundido no país quando menciona a necessidade de superar-se o subdesenvolvimento através da industrialização, uma vez que a “(...) industrialização tem sido o caminho preferido por todas as economias hoje desenvolvidas. Dito de outro modo, o desenvolvimento dos países tem

⁵⁰ FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina. Documento Básico. Florianópolis: Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1960. p. 03-04.

⁵¹ MICHELS, Ido L. *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Do planejamento econômico – 1956 aos precatórios – 1997*. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998. p.148.

mostrado uma estreita relação com o crescimento das rendas e o mais rápido aumento da produção industrial”.⁵²

Seguindo esta postura, o autor entende que os países “menos desenvolvidos”, como o Brasil, deveriam buscar “(...) nas descobertas tecnológicas dos países altamente industrializados, indicações para os seus problemas, adaptando-as às suas peculiaridades”.⁵³

E é assim que, durante a década de 60, surgiram projetos maiores para a integração do setor agropecuário com a indústria, e o campo passou a ser valorizado visto e enunciado. Era fundamental “(...) planejar e garantir a estabilidade e desenvolvimento agrícola e industrial”⁵⁴ da região.

Durante meados da década de 60, instalou-se a primeira agroindústria, considerada de médio porte, no distrito de Forquilha, cidade de Criciúma, destinada a processar a produção de carnes dos pequenos produtores rurais da região, o Frigorífico Sul Catarinense S.A.

A instalação desta agroindústria somente foi possível através de incentivos governamentais, isto porque o governo via na industrialização da agropecuária uma possibilidade de desenvolvimento nacional. Em Santa Catarina, o governo privilegiou a constituição de pólos regionais com produção especializada, levando em conta as características de cada região. E, sendo assim norteada, ocorreu a instalação da FRISULCA S.A. em Forquilha, uma indústria processadora de carnes em uma localidade com alta produção de suínos.

O frigorífico foi planejado por um grupo de pessoas que perceberam as vantagens comerciais na industrialização da produção. Deste grupo participavam cerca de 1.200

⁵² MATTOS, Fernando Marcondes de. *A Industrialização Catarinense. Análises e Tendências*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1968. p. 25.

⁵³ MATTOS, Fernando Marcondes de. *Santa Catarina. Nova Dimensão*. Florianópolis: EDEME. p.38.

⁵⁴ Grupo de trabalho para planejar e garantir a estabilidade e desenvolvimento agrícola e industrial de nosso município. In: Tribuna Criciumense. Nº 372. 18/08/1962. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

associados, distribuídos por 32 municípios. Em sua maioria eram colonos que já participavam da antiga Sociedade União Colonial, mas também havia pessoas de setores diferentes. É o caso do setor carbonífero, que estava procurando a diversificação da economia através do investimento em iniciativas industriais.

Existia a firma Sociedade União Colonial que vendia todo tipo de produto e fazia um intercâmbio com os colonos. Os colonos entregavam a mercadoria e a Sociedade oferecia todo tipo de produto, vestiário, calçados... Essa Sociedade então também pensou em uma coisa maior, que além dos laticínios que tinha, tinha a queijaria, tinha açougue... Então se imaginou criar uma empresa maior, depois se criou a idéia de formar um frigorífico aqui. Foi criado então o Frigorífico Sul-Catarinense aqui na localidade.⁵⁵

Apesar de ter sido constituído em 15 de junho de 1963, o frigorífico só entrou em pleno funcionamento, com início do abate de suínos e bovinos, nos últimos meses de 1966. A empresa como foi pensada inicialmente não obteve os resultados esperados, mas continuou com suas atividades até os primeiros meses de 1968, quando então fechou as portas. De acordo com os colonos, o maior problema foi a falta de experiência dos acionistas no processo de comercialização da produção e o maior erro foi a verticalização deste processo.

Na época não se tinha muita experiência... Criou-se esse intercâmbio com o Rio de Janeiro, vendendo para lá os produtos semi-acabados, que seria a banha, salgados e a carne congelada. Não se tinha ainda formado a idéia de fazer o produto acabado. Nesse caso, começou a se criar uma venda vertical e não uma venda horizontal. Se vendia produtos para poucos clientes e num mercado que não se conhecia, e também penso hoje que não se tinha experiência, pela parte dos mineradores que conheciam muito de carvão, mas não conheciam dessa parte de venda de produtos frigoríficos, que é um ramo concorrido, e com isso aconteceu de vender mal e não ter o retorno do dinheiro. Isso começou a dificultar o pagamento dos produtos de suíno, que os colonos vendiam. Começou a faltar dinheiro em caixa e, conseqüentemente, houve uma paralisação das atividades, porque não tendo dinheiro o pessoal vendia os porcos e não recebia. Chegou a um ponto que se fechou o frigorífico.⁵⁶

⁵⁵ Entrevista com Rudi Steiner.

⁵⁶ Entrevista com Rudi Steiner.

Conforme informações já apresentadas em pesquisa anterior⁵⁷, foi somente em 1970, quando a Eliane S.A., parte do Grupo Gaidzinski, assumiu a empresa, que o frigorífico retomou suas atividades. Desde então, ocorreram sucessivas mudanças no controle da empresa. Em 1º de julho de 1995, a Ceval Alimentos S.A., do Grupo Hering assumiu o controle acionário. Em 1997, a empresa foi vendida para o grupo multinacional Bunge, que realizou uma divisão interna em 21 de fevereiro de 1999: a Ceval S.A. ficou somente com a produção de grãos, e a Seara S.A. assumiu o processamento de carnes. Assim, atualmente, o frigorífico da região é uma das filiais da Seara S.A.

Paralelamente à integração do setor agropecuário ao setor industrial ocorreu o processo de modernização do campo. Era necessário modernizar, superar o atraso e promover o desenvolvimento do país, possível a partir desta relação: indústria e campo. Intensificava-se, então, a modernização, isto porque ainda era “(...) pouco expressivo o número de agricultores que estão modernizando suas empresas rurais e comercializando com sucesso”.⁵⁸

Essa fala é de um dos principais defensores da extensão rural em Santa Catarina. O discurso de Glauco Olinger⁵⁹, engenheiro agrônomo, um dos fundadores e diretores da ACARESC, resume bem as iniciativas do governo em modernizar o campo e aproximar os setores indústria e agropecuária.

⁵⁷ SANTOS, Johanna Steiner dos. *Indústria, Urbanização e Desenvolvimento. Forquilha – SC. Décadas de 60 e 70*. Trabalho de Conclusão de Curso de História/UFSC. Florianópolis, 1999.

⁵⁸ OLINGER, Glauco. A Agropecuária Catarinense. In: ABREU, Alcides, OLINGER, Glauco, et. all. *Ensaio sobre a Economia Catarinense*. Florianópolis: EDEME, 1970. p. 48.

⁵⁹ Glauco Olinger também exerceu outras atividades importantes ligadas ao setor agropecuário: Conselheiro do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), Delegado do Ministério da Agricultura, Fundador e Diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina, Presidente da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), Presidente da CIDASC (Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina), entre outras.

O interesse maior do serviço extensão rural era habilitar o agricultor e sua família para a obtenção de maior produtividade resultante do trabalho realizado, através do uso racional dos fatores da produção, principalmente dos novos insumos, maquinaria e do crédito.⁶⁰

A relação entre os setores dá-se em duas frentes: quando o primeiro impõe o desenvolvimento tecnológico ao segundo, forçando a utilização de técnicas e equipamentos cada vez mais “avançados”, como é o caso dos tratores e demais máquinas a serem utilizadas, e quando a agroindústria força o agricultor integrado a adotar certos sistemas de cultivo e criação, para poder padronizar a sua matéria-prima e facilitar a comercialização dos produtos industrializados.

Mas é necessário considerar que dentro deste processo de modernização do campo, as modificações não são apenas de ordem tecnológica, mas também social⁶¹ – paralelo ao progresso técnico, ocorrem transformações na organização da produção, conseqüentemente nas relações sociais. Estas mudanças não ocorreram apenas no nível tecnológico e científico, mas também no nível humano e subjetivo. Esta questão será analisada no terceiro capítulo.

Em 1975, a Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, apoiada nas diretrizes do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), buscou através do V Encontro de Estudos e Debates, analisar e eliminar os desníveis de desenvolvimento regional do país. Assim, perpetua-se uma política estratégica para promover o desenvolvimento regional, que via na consolidação do parque industrial e do programa de agroindústria da Região Sul do país, o caminho para o progresso regional e nacional. Para tanto, era necessário desenvolver e modernizar a agricultura, “(...) de modo a tornar um setor dinâmico e moderno”.⁶²

Assim, a região tem de avançar. Criciúma deve se industrializar.

⁶⁰ OLINGER, Glauco. *Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996. p. 12.

⁶¹ GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

⁶² COMISSÃO DE ESTUDOS REGIONAIS DO SENADO FEDERAL. Op.cit. P.19.

Criciúma tem condições para industrializar-se. Localizada numa região possuidora de grandes recursos naturais onde a energia é facilmente obtida e a evolução das obras da SOTELCA apresenta um futuro promissor ao município. Grandes capitais aqui circulam e pelo visto não estão sendo aplicados entre nós. Mão-de-obra está a disposição e a espera de quem queira utilizá-la. Quanto ao escoamento dos produtos contamos com grande número de rodovias, que se atualmente não estão em condições das melhores há a certeza de que serão efetuadas diversas obras que transformarão por completo nosso setor rodoviário.⁶³

Nesta perspectiva, o carvão, como fonte de energia necessária e estratégica para a industrialização do país, ainda permanece associado ao ideal de progresso e auto-suficiência defendido para o Brasil. E a agropecuária, que até então era associada ao atraso, e o trabalhador do campo, à ignorância, quando se inicia o processo de modernização do campo e a conseqüente subordinação do mesmo ao setor industrial, passam agora a ser encarados como possíveis agentes responsáveis pelo desenvolvimento do país.

Em 1980, a cidade de Criciúma comemorou o centenário de sua fundação.

No início desse ano, o Sr. João Batista Figueiredo, então Presidente da República, enviou uma mensagem ao povo de Criciúma onde se associava “de coração” às comemorações do primeiro centenário da cidade⁶⁴. Nesta carta, apesar de considerar o carvão como fator básico da economia da cidade, destaca que “(...) a indústria carbonífera não constitui a atividade única de Criciúma”, enfatizando a diversidade econômica da cidade em função da indústria, com destaque para a indústria cerâmica, “(...) que tornou Criciúma famosa pelos seus azulejos decorados, de finíssima fabricação.”

Evidencia, também, a importância dos núcleos colonizadores que deram “origem ao caldeamento de raças de que surgiu o tipo brasileiro característico da região”, posto que foi a partir deste povo “de criatividade e amor ao trabalho” que se pôde “multiplicar-se uma coletividade cujo trabalho se desenvolveu, a partir de 1913, em torno das minas de carvão”.

⁶³ Industrialização: Fator de Progresso. In: Tribuna Criciumense. Nº448. 22 a 29/02/1964. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

⁶⁴ FIGUEIREDO, João Batista. Mensagem do Presidente da República ao Povo de Criciúma em virtude do Centenário da cidade. Brasília: 06/janeiro/1980.

Neste discurso, ao carvão ainda é dado importante papel, mas o mesmo dependia de sua “reabilitação”.

Nesta nova fase que se inicia para a economia brasileira, o carvão, ao lado da força hidrelétrica e do álcool carburante, há de ocupar lugar de vanguarda como gerador de energia. A reabilitação do carvão mineral oferecerá, sem dúvida, oportunidade de novo surto de progresso para a florescente cidade, que assim continuará trabalhando cada vez mais intensamente para o desenvolvimento nacional.

Em fins do mesmo ano, foi a vez do Sr. Jorge Konder Bornhausen, então Governador do Estado de Santa Catarina, enviar sua mensagem de “saudação aos criciumenses”⁶⁵. Nesta, em nenhum momento fala do carvão. Fala apenas no povo trabalhador de Criciúma, constituído por “imigrantes pioneiros [que] plantaram os fundamentos de uma sólida, generosa e hospitaleira comunidade”.

A homenagem para a cidade não é mais em função do carvão e da indústria e suas contribuições para o desenvolvimento nacional, mas sim em função de seu povo: de coragem, pioneiro, desbravador...

A luta daqueles desbravadores, os sacrifícios que emolduraram o seu pioneirismo, têm encontrado dignos continuadores nos seus descendentes e em quantos, representando diferentes etnias, fizeram e continuam fazendo de Criciúma um dos mais prósperos municípios catarinenses e brasileiros.

Como pôde o carvão e as indústrias, que em diferentes momentos foram vistos como fundamentais para o desenvolvimento de Criciúma, do Estado e da Nação, não serem mencionados pelo Governador em suas saudações ao povo da cidade no ano de comemoração do seu centenário? A questão que perpassa os discursos é: como possibilitar o desenvolvimento regional, uma vez que o carvão, que até então desempenhava papel estratégico não apenas para a região, mas para o país, não é mais “suficiente”?

⁶⁵ BORNHAUSEN, Jorge Konder. Saudação do Governador do Estado de Santa Catarina aos Criciumenses pelo Centenário da cidade. Florianópolis: 04/dezembro/1980.

Os discursos vêm e vão conforme a situação. “Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem”⁶⁶, ou seja, os discursos devem ser analisados a partir do princípio da descontinuidade. Além disso, é necessário considerar a sua materialidade, tendo em vista que “(...) o discurso não é definível independentemente das relações que o constituem”.⁶⁷ Devem-se pensar os fatos discursivos como sendo constituídos por e constituindo as relações materiais.

É interessante perceber as mudanças no discurso do governo durante o curso de apenas um ano. Em 1979 houve uma crise do petróleo e criou-se um Programa de Mobilização Energética (PME) para incentivar ainda mais o uso do carvão energético como combustível. No início do ano de 1980, quando o Presidente estava enviando a mensagem ao povo criciúense, acreditava-se na manutenção da exploração e da produtividade do carvão de Criciúma. Em fins do mesmo ano, quando então o Governador fez a sua saudação, já havia ficado claro que o PME não conseguiria cumprir o seu papel e a queda na produção estava começando.⁶⁸

Tornou-se necessário buscar outras possibilidades de desenvolvimento para a cidade. Convocou-se, então, o povo de Criciúma para a reestruturação da cidade. Um povo trabalhador, produtivo, honesto. Um povo de tradição. Nesse momento foi necessário ressaltar as qualidades do povo de Criciúma, e se deu ênfase às etnias que constituíram a população da cidade – poloneses, alemães, italianos, lusos e negros.

Buscou-se construir uma tradição para Criciúma em função de seus colonizadores. Tanto é que em janeiro de 1981, ainda em função das comemorações do centenário da cidade, no Parque do Centenário, foi construído pela Prefeitura de Criciúma um memorial para

⁶⁶ FOUCAULT, 1999, Op.cit. p.52-53.

⁶⁷ LECOURT, Dominique. A Arqueologia e o Saber. In: FOUCAULT, M., ROUNAET, S.P., MERQUIOR, J. G., et.all. *O Homem e o Discurso. A Arqueologia de Michel Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. (Comunicação – 3). p. 51.

⁶⁸ SANTOS, M., 1997. Op.cit. p. 47-48.

lembrar “ao povo do município e aos visitantes da cidade, o sentido da epopéia histórica” de seus fundadores. Neste monumento está inscrito:

Neste lugar, repousa a memória da cidade.

Aqui, as raízes que deram fundamento à nossa comunidade estão simbolizadas nas cinco etnias que formam a base da nossa população.

São os cinco mastros que se erguem do fundo da terra para o alto, da escuridão para a luz.

E assim esta geração marca, com este memorial, o ANO 100 desta cidade que os pioneiros semearam.

É uma homenagem ao passado.

Mas é também o símbolo maior da nossa esperança no futuro.

E a nossa certeza de que vale a pena continuar semeando.

Este texto é bastante significativo: diz-nos muito sobre as pretensões das elites em forjar uma tradição para a cidade. Agora, Criciúma é uma cidade de imigrantes, de pioneiros que tiraram a cidade da escuridão e a encaminharam rumo à luz. São estes que certamente darão a Criciúma um futuro promissor. Os imigrantes que fundaram a cidade, por isso uma homenagem ao seu passado, são a maior esperança para o futuro. Trata-se de “(...) uma cultura de identidade, que se ancora no passado por meio de mitos disfarçados de história”.⁶⁹

“Neste lugar repousa a memória da cidade”. Melhor dizendo seria: neste lugar repousa agora esta memória da cidade. Uma memória destacada dentre tantas existentes. Uma memória revisitada que tem a função de criar uma idéia de pertencimento social, posto que “(...) a memória é um dos suportes essenciais para o encontrar-se dos sujeitos coletivos, isto é, para a definição dos laços de identidade”.⁷⁰ Desta forma, o monumento do centenário foi construído para abrigar um novo “lugar de memória”⁷¹, evidenciando-se “(...) a preocupação sobre o exato significado do presente e com a incerteza do futuro.”⁷²

⁶⁹ HOBBSAWM, Eric. *Não basta a história da identidade*. In: *Sobre História*. [tradução: Cid Knipel Moreira]. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.285.

⁷⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: A Problemática da Pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p.35

⁷¹ NORÁ, 1993, op. cit.

⁷² FÉLIX, op.cit., p.54

Em 1985, foi lançado, com recursos estaduais, o livro “Criciúma 1880-1980 – “A semente deu bons frutos”⁷³, escrito por Otília Arns. Este tinha por objetivo realizar uma “avaliação científica dos conteúdos que ensejaram a comemoração do primeiro centenário de Criciúma”, para promover a conscientização histórica sobre este momento. O título do livro, “A semente deu bons frutos”, faz alusão aos colonos da região que através de sua dedicação e perseverança construíram a cidade, e evidencia o novo caráter desejado para a cidade: um local de muita tradição.

Houve neste momento, uma valorização das tradições étnicas da região, talvez porque o turismo tornou-se uma possibilidade de desenvolvimento regional. Foi nesse período que se constituíram e difundiram-se festas baseadas nas “tradições” étnicas por todo Estado. São as chamadas “festas de outubro” que deram certa visibilidade para Santa Catarina e puseram-na no calendário festivo nacional.

Assim, “(...) o Estado de Santa Catarina, num empenho para implantar o *Turismo Quatro Estações*, é pontilhado de festas que se utilizam dos costumes locais, uma espécie de reciclagem, ou melhor dizendo, uma espécie de *bricolage*, para mercantilizá-los na forma de espetáculos ou produtos de consumo”⁷⁴. Sendo assim, o objetivo da invenção desta “tradição” nada mais é do que comercial.

Foi dentro deste contexto que se criou em Criciúma, a Festa das Etnias. Trata-se, da mesma forma, de uma tradição inventada, na medida em que “(...) estabelece com ele [o passado] uma continuidade bastante artificial. Em poucas palavras, eles são reações a situações novas que assumem a forma de referência a situações anteriores”.⁷⁵

⁷³ ARNS, Otília. *Criciúma: 1880-1980. “A semente deu bons frutos”*. Florianópolis: IOESC, 1985.

⁷⁴ FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest. Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. P.15.

⁷⁵ HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. [tradução: Celina Cardim Cavalcanti]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P.10.

Neste caso, as elites vinculadas ao comércio procuram inventar uma “tradição étnica” para a Região Sul de Santa Catarina, que constituída a partir da prática discursiva e permeada pelo ideal de desenvolvimento, surge, através da exploração do turismo, como uma possibilidade para a reestruturação econômica da região.

Queremos também mostrar a todos os brasileiros o produto de nosso trabalho, a cultura de nossa gente, esta cidade moderna e dinâmica que os criciúmenses construíram. Queremos demonstrar a hospitalidade do nosso povo. Partilhar com nossos irmãos de outras partes os equipamentos urbanos que dispomos. Queremos estreitar nossos laços de amizade. Venha a Criciúma e receba o nosso abraço antecipadamente.⁷⁶

Foi buscando-se a exploração do turismo na região que também se deu uma nova significação para a mineração e o carvão foi “reabilitado”. “Visite Criciúma”, a capital nacional do carvão, a cidade que tem “a única mina de carvão do Brasil aberta para o turista”. É inaugurada, pela prefeitura municipal, a mina-modelo Caetano Sônego, para “interessados em saber como é o trabalho diário dos mineiros do subsolo”.



Folder distribuído para todo Estado de Santa Catarina pela Prefeitura Municipal de Criciúma, a partir da década de 80, para divulgar os potenciais turísticos da região.

⁷⁶ PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Programa. Criciúma 84. Criciúma: Intermediário, 1984.

Nesse momento, o carvão surgiu como um fato histórico importante, mas passado, e a mina surgiu como um “lugar” onde a memória social desse fato deve ser guardada, registrada e “(...) preservada em seus laços de continuidade”.⁷⁷

Todos estes discursos têm uma razão de existir. Todos, em diferentes momentos, envolvendo diferentes grupos/setores, apresentaram diferentes motivações, mas tinham um objetivo em comum: privilegiar uma característica específica da região de modo a gerar o investimento de recursos e o desenvolvimento da mesma, de acordo com os interesses das elites e do governo.

E considerando que “(...) tomar a palavra é um ato social com todas as implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc.”⁷⁸, é somente partindo destes “fatos discursivos” que se pode analisar a constituição de caracterizações para a região ou a ênfase de determinados aspectos em detrimento de outros, uma vez que estas são “(...) evocadas no plano do discurso”.⁷⁹

Até 1960, os discursos foram constituídos em função exclusivamente do carvão e a importância estratégica deste para o desenvolvimento nacional. Após 1960, a diversificação da economia, melhor dizendo, a industrialização da região, foi o tema ao qual os discursos estiveram vinculados. A partir de 1980, os discursos estiveram relacionados à invenção de uma tradição em função da colonização e das diferentes etnias, tendo em vista o potencial deste tema para a exploração do turismo e o conseqüente desenvolvimento regional.

Contudo, apesar de que diferentes características do município de Criciúma, em diferentes momentos, foram mais evidenciadas, o carvão permaneceu presente nos discursos,

⁷⁷ FÉLIX, op.cit., p.54.

⁷⁸ ORLANDI, Eni P. Linguagem e Método: uma questão da análise do discurso. In: *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998. (Coleção passando a limpo). p.17.

de forma paralela, surgindo e desaparecendo conforme os interesses econômicos das elites da região e as necessidades energéticas do país.

O carvão foi revisitado em diferentes momentos, ganhando outras significações. Trata-se de um processo já evidenciado por Baczco: “Aquilo que constitui atualmente um lugar de encontro pode amanhã transformar-se numa encruzilhada de que partem caminhos divergentes”.⁸⁰ Se em um momento o carvão foi considerado como fator de desenvolvimento por suas possibilidades energéticas e décadas adiante pelo seu potencial turístico, isto certamente ocorreu porque o “domínio do imaginário e do simbólico” foi visto como um “lugar estratégico” para o exercício do poder político.

A informação está centrada na actualidade, sendo portanto necessariamente atomizada e fragmentada: o acontecimento que é hoje posto em foco, amanhã será esquecido e recalçado. Devido tanto à sua quantidade quanto à sua qualidade, esta massa de informações presta-se particularmente às manipulações.⁸¹

Mas não apenas as elites e o governo agiram e determinaram o que, quando e como deveria ser falado e evidenciado. Os intelectuais também tiveram seu papel. Afinal, como bem evidenciou Hobsbawm, a história “(...) é perigosa. As frases digitadas em teclados aparentemente inócuos podem ser sentenças de morte”.⁸² Pode até demorar, mas a história que produzimos transforma e constitui a sociedade.

Desta forma, a partir da necessidade do desenvolvimento regional e nacional, em diferentes momentos, foram constituídas práticas discursivas que legitimaram a caracterização ou a ênfase de certos grupos e setores de Criciúma, de acordo com os interesses políticos e econômicos das elites da região e do governo.

⁷⁹ NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de Espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: EDUSP, 1993. p.24-25.

⁸⁰ BACZCO, Bronislau. Imaginação Social. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Vol. 5. *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. P. 298.

⁸¹ BACZCO, op. cit., p.313.

⁸² HOBBSAWM, 1998, op. cit., p.292.

Ao enfatizar-se determinada característica de uma região ocorre a “ocultação” do que a ela não pertence, ou seja, ocorre a exclusão do outro. É o caso do setor agropecuário, que por não estar associado ao discurso do desenvolvimento, foi desconsiderado durante quase toda a história da região e do país, sendo reconhecido, valorizado, e, por isso mesmo, enunciado apenas quando se vinculou ao setor industrial num momento que este passou a ser considerado o responsável pelo progresso nacional.

CAPITULO II – “Passo a passo vamos descobrindo os melhores caminhos para o progresso do homem rural catarinense”⁸³ - Extensão Rural e a construção de um Novo Homem do Campo.

O agricultor é a espinha dorsal da nação

Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina

Nas décadas de 50 e 60, era grande a preocupação dos órgãos governamentais e dos jornais, em formar um novo homem do campo. Nesse período, o ideal era a modernização do país, e a ordem do dia era inserir-se no sistema capitalista de produção, aumentando a lucratividade de forma incessante em todos os setores de produção, inclusive na agropecuária.

Era fundamental para o futuro do país que fossem constituídos campo e homem modernos. E ser moderno era ser industrializado. É a partir desta nova relação, campo/indústria, que os possíveis caminhos para os homens e mulheres do campo são traçados.

Durante a década de 60, especialmente a partir do golpe de 64, o foco do processo de industrialização brasileiro era a fabricação de bens duráveis. Fechava-se então o “ciclo vicioso da dependência externa”⁸⁴, uma vez que para o desenvolvimento destas indústrias era necessária a importação de bens de capital (máquinas e equipamentos pesados) e para os adquirir era necessário incentivar a produção agrícola voltada para a exportação, ou seja, o país, para produzir os bens duráveis, importava bens de capital e pagava com a produção agrícola. E para expandir a produção agrícola, os produtores eram obrigados a racionalizar as formas de produção, importando insumos, máquinas e conhecimentos.

⁸³ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1971.

⁸⁴ BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 8. ed. Petrópolis: FIDENE/Vozes, 1987. P. 158.

E é a esta situação político-financeira que está associada à modernização pretendida para o campo brasileiro. Um campo subordinado à indústria, seja pela venda de máquinas e insumos, seja pela integração e a determinação das formas de produção.

Para tanto, espalharam-se pelo país diversas associações ligadas ao campo para difundir o ideal de modernidade e aplicar o modelo de assistência rural que “(...) abrangia assuntos de agropecuária e economia doméstica e tinha por objetivo aumentar a produção, a produtividade e a renda das famílias rurais, garantindo-lhes um melhor nível de vida”.

Em Santa Catarina, o projeto pioneiro de serviço de extensão rural foi o ETA – Projeto 17, implantado a partir de fevereiro de 1956, através de um convênio entre a Secretaria da Agricultura e a Federação de Associações Rurais, com duração prevista de quatro anos. O ETA (Escritório Técnico de Agricultura) surgiu em 1954, através de um convênio entre o Brasil e o EUA para a promoção do desenvolvimento da agricultura no país. Sua sede era no Rio de Janeiro e tinha como base de ação a assistência técnica e o crédito rural. Cada projeto do ETA levava um número.⁸⁵

No ano seguinte, em 1957, o governo do Estado criou a ACARESC, de modo a dar continuidade às atividades de extensão rural no Estado quando finalizasse o prazo estipulado para o projeto. Desde a sua fundação, esta associação civil, sem fins lucrativos, teve como princípio básico “ajudar o agricultor a produzir mais e melhor para elevar seu nível de vida”.⁸⁶

Durante as décadas de 50 e 60, a ACARESC teve uma trajetória bastante ascendente, tanto que em 1968 já contava com um Escritório Central e um Centro de Treinamento (CETRE) localizados em Florianópolis, 116 escritórios no interior do Estado. Também desde sua fundação até 1968, a associação já havia financiado crédito para 4.864 produtores e 18

⁸⁵ OLINGER, 1996, op. cit., p.47.

⁸⁶ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1961/1962.

cooperativas, orientado 181 Clubes de Trabalho 4S com 4.250, tendo o trabalho atingido em sua totalidade pelo menos 42.000 famílias rurais.⁸⁷

Não é fácil recriar o perfil dos escritórios locais, uma vez que os relatórios de atividades produzidos pelo Projeto ETA – 17 e pela ACARESC não são precisos quanto a constituição dos escritórios locais no Estado. Da mesma forma, sobre a região Sul de Santa Catarina não há informações sobre as datas e pessoas envolvidas no processo.

No relatório de 1956, é a primeira vez que aparecem escritórios locais em Criciúma e Tubarão. Estes, apesar de realizarem apenas “estudos de área”, já desenvolviam trabalhos focando alguns dos principais aspectos do serviço de extensão rural: nutrição, melhoramentos do lar, clubes 4-S, planejamento do trabalho e crédito rural supervisionado.

Em 1957, não há citação sobre a existência de escritórios locais na região, apenas o destacamento de equipes para realizar estudos sobre o campo no Sul do Estado. É somente a partir de 1958 que o escritório local de Criciúma passa a aparecer anualmente nos relatórios.

Não há como saber a quantidade de pessoas destacadas para trabalhar em cada escritório, uma vez que estes poucos relatórios existentes, fontes de análise disponíveis, não tratam a questão. Contudo, conforme tabelas sobre a distribuição de tempo dos extensionistas nos escritórios locais, fica evidente que se em 1958 apenas 15 dias foram trabalhados, no ano posterior, 1959, já foram 115. O crescimento do escritório é ainda mais claro se comparado àqueles há mais tempo formados como é o caso de São José que em 1958 tem o quantitativo de 123 dias trabalhados e em 1959, o de 129 dias, número este já bastante próximo ao do escritório de Criciúma.

QUADRO I – DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO NOS ESCRITÓRIOS LOCAIS (1958)

ESCRITÓRIOS	DIAS NO CAMPO	DIAS NO ESCRITÓRIO	DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS
1 – São José	74	39	00
2 – Indaial	74	44	01

⁸⁷ Governo do Estado de Santa Catarina. Agricultura – Prioridade Um. 1969.

3 – Ibirama	75	43	01
4 – Rio do Sul	54	38	00
5 – Ituporanga	62	24	06
6 - Videira	70	68	03
7 – Joaçaba	61	59	00
8 – Herval D'Oeste	73	63	03
9 – Capinzal	56	55	02
10 – Timbó	68	48	06
11 – Presidente Getúlio	38	45	03
12 - Curitibaanos	82	16	00
13 – Caçador	23	11	00
14 – Tubarão	13	45	06
15 – Criciúma	10	04	01
TOTAL	833	672	32

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do ETA – Projeto 17. 1958.

QUADRO I – DISTRIBUIÇÃO DO TEMPO NOS ESCRITÓRIOS LOCAIS (1959)

ESCRITÓRIOS	DIAS NO CAMPO	DIAS NO ESCRITÓRIO	DOMINGOS E FERIADOS TRABALHADOS
1 – São José	80	49	02
2 – Indaial	51	31	1,5
3 – Ibirama	65,5	43,5	04
4 – Rio do Sul	37,5	46,5	01
5 – Ituporanga	69	37,5	2,5
6 - Videira	08	49	01
7 – Joaçaba	59,5	47,5	00
8 – Herval D'Oeste	121,50	33	05
9 – Capinzal	92,5	50	3,5
10 – Timbó	56	43	04
11 – Presidente Getúlio	80	34	01
12 – Caçador	6	55	00
13 – Tubarão	47	39	00
14 – Criciúma	78	37	01
15 – Araranguá	68,5	54	00
16 – Florianópolis	89,5	40	02
17 – Lages	60	13	00
TOTAL	1153,5	711,5	27,5

Fonte: ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do ETA – Projeto 17. 1959.

O serviço de extensão rural em Santa Catarina foi criado com o objetivo de “(...) conseguir que o homem aumente sua capacidade produtiva pelo emprego de melhores técnicas de trabalho e produção, a fim de aumentar as suas rendas e a rentabilidade da

empresa agrícola, visando a correta aplicação dos recursos, a elevação do nível de vida da família rural”.⁸⁸

De acordo com Olinger, um dos principais defensores das práticas da extensão rural no Brasil e fundador da ACARESC, apesar de esta ter surgido com a finalidade de ser “(...) um instrumento de ensino e educação informais, fora dos moldes da escola clássica, precisamente para que os agricultores, donas de casa e os jovens rurais tivessem a oportunidade de aprender, sem prejudicar as lides rurais ou domésticas, cotidianas, ou mesmo abandoná-las”, com o tempo, “(...) o sentido econômico tomou vulto e a tônica era a eficiência para a obtenção do maior lucro”.⁸⁹

Esta era a tônica do processo de modernização da agricultura no país: fazer com que o setor produzisse, gerando lucros e, acima de tudo, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil. E para desenvolver, era fundamental industrializar-se.

Em meados da década de 50, com o Plano de Metas⁹⁰ do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) surgiu um novo modelo de desenvolvimento pautado na ampliação do setor industrial e internalização do setor de produção de bens de consumo duráveis. Foi precisamente nesse período que se instalaram no Brasil as principais indústrias fabricantes de equipamentos e máquinas, fertilizantes químicos e insumos para a agropecuária.

Se pelo lado da oferta de insumos agrícolas os interesses industriais funcionam como poderosos determinantes da dinâmica e padrão de desenvolvimento da agricultura, do lado da demanda de matérias-primas agrícolas para a transformação industrial, também são gerados poderosos determinantes sobre o desenvolvimento e subordinação da agricultura aos interesses da acumulação industrial.⁹¹

⁸⁸ Governo do Estado de Santa Catarina. Agricultura. Programa de Trabalho para o Período de 1961/1965. P.22

⁸⁹ OLINGER, 1996, op. cit., p.12.

⁹⁰ “O governo JK promoveu uma ampla atividade do Estado tanto no setor de infra-estrutura como no incentivo direto à industrialização. Mas assumiu também abertamente a necessidade de atrair capitais estrangeiros, concedendo-lhes inclusive grandes facilidades. Desse modo, a ideologia nacionalista perdia terreno para o desenvolvimentismo”. Fonte: FAUSTO, Boris. História Concisa do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001. P.236.

⁹¹ MOREIRA, Roberto José. *Agricultura Familiar. Processos Sociais e Competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade: 1999. p.54.

Foi dentro deste contexto que, a partir da década de 60, sedimentou-se uma trajetória de colaboração técnica entre os países subdesenvolvidos e algumas fundações estrangeiras como a ROCKFELLER e a FORD.

Surgiu então o projeto que se convencionou chamar de Revolução Verde. Este se desenvolveu baseado em um modelo que pretendia a junção de três aspectos da produção agrícola: o Estado, o capital e a pesquisa. Contudo, segundo Belato, a pesquisa científica e a assistência técnica praticadas não iam além dos interesses do mercado internacional em determinados produtos, como é o caso do café, do algodão e da borracha natural. “A pesquisa dos solos, da hibridação de plantas e animais, e as correspondentes formas de manejo de um e de outros abriram um imenso espaço para o desenvolvimento de novos insumos, máquinas, um espaço novo, portanto, de valorização do capital.”⁹²

Assim, estas duas práticas, que deveriam servir para o desenvolvimento de autonomia da classe, do setor e do país, nada mais eram do que instrumentos de controle sobre as formas de produção e os sujeitos nelas envolvidos. Isto “(...) para manter abertos os canais para a penetração do capital internacional na agricultura dos países subdesenvolvidos”.⁹³

Desta forma, deve-se considerar que o processo de modernização da agricultura ocorrido, especialmente a partir da década de 60, deve ser pensado não somente a partir do próprio setor, mas considerando as mudanças urbanas e industriais ocorridas no país a partir da década anterior.

Para a agropecuária, modernizar significava tecnificar as bases da produção para aumentar a produtividade (entenda-se como maior oferta de matéria-prima com preços mais baixos), ou seja, a modernização do campo estava centrada em duas questões externas à

⁹² BELATO, Dinarte. *Os Camponeses Integrados*. Campinas: Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 1985. p. 36/37.

⁹³ Ibid. p.39.

produção: ampliação do mercado consumidor de bens de consumo produzidos pelas novas indústrias e ampliação da produção de matéria-prima agrícola para as agroindústrias.

Mas há de se considerar que,

(...) na posição que a pequena produção agrícola se insere hoje no modo capitalista de produção, a tecnificação (ou modernização) representou mais uma imposição do que uma oportunidade conquistada. E o seu sentido foi um só: uma maior subordinação do pequeno produtor ao “sistema”.⁹⁴

A partir da década de 50, a elevação de nível de vida do produtor rural esteve diretamente associada ao aumento de produtividade e lucratividade do empreendimento agrícola. E o Serviço de Extensão Rural, guiado pelas diretrizes governamentais, fazia parte deste complexo jogo de relações de mercado. A finalidade de suas iniciativas estava vinculada à busca pela inserção destes agricultores numa lógica mais ampla, a do capital, e todos os seus desdobramentos.

Nos discursos da ACARESC, maior produtividade e lucros eram os argumentos para implantar um processo de modernização no setor agropecuário brasileiro associado à utilização em massa de equipamentos e produtos industrializados.

Há um desejo permanente do homem que o impele a buscar melhor retribuição pelo trabalho – o desejo de alcançar o bem-estar social. Uma forma de alcançar o bem-estar social é pela elevação do padrão de vida. Um dos caminhos para se elevar o padrão de vida é conseguir melhor remuneração pelo trabalho.⁹⁵

De acordo com o Programa de Trabalho para o Período de 1961/1965, elaborado para o setor agrícola pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a população rural catarinense era de “boa qualidade para o trabalho, talvez a melhor do país”, mas era bastante combativo às mudanças nos métodos de produção, especialmente àqueles que se encontravam próximos aos grandes centros populacionais. Isto porque “(...) o exagerado espírito paternalista cresce à

⁹⁴ SILVA, José Graziano. *Tecnologia & Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999. P.144.

⁹⁵ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1964.

medida que o agricultor tem maior contato com os maus políticos, a ponto de esperarem que o governo lhes dê, quase tudo gratuitamente”.⁹⁶

Segundo conclusões deste programa sobre os problemas existentes no setor rural, os produtores que se encontram distantes das sedes municipais aceitam com mais facilidade as soluções e sugestões propostas pelos extensionistas. Em contrapartida, aqueles que estão mais próximos dos grandes centros populacionais são mais desconfiados e avessos às mudanças pretendidas pelos técnicos. “Esta mentalidade é perniciosa, porque emperra a ação dos técnicos, impede que o homem aprenda a ajudar-se a si mesmo, determinando baixa produtividade, nível de vida e maus hábitos políticos”.⁹⁷ Desta forma, em cada caso dever-se-ia observar e elaborar estratégias diferentes de atuação.

Com recursos do Governo do Estado e do Ministério da Agricultura, a extensão rural atuou em Santa Catarina desde a sua criação através da observação e da análise das práticas cotidianas dos agricultores e da difusão de conceitos e práticas “modernas”, tidas naquele momento como fundamentais para o funcionamento do setor agropecuário.

Para o governo e a mídia, a baixa produtividade de Santa Catarina, em relação aos demais estados do país, devia-se basicamente ao atraso tecnológico do setor, uma vez que havia “(...) técnicas conhecidas, capazes de multiplicar a capacidade produtiva do agricultor, porém ele não as utiliza, ou por falta de conhecimento ou por falta de recursos”.⁹⁸

O Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina de 1964 considerava que os “fatores limitantes” para o desenvolvimento e modernização da agricultura no Estado estavam ligados à insuficiência de assistência técnica e recursos para investimento, à carência de alguns fatores de produção e às falhas na comercialização da produção. Estes

⁹⁶ Governo do Estado de Santa Catarina. Agricultura. Programa de Trabalho para o Período de 1961/1965. p. 22 e 23.

⁹⁷ Ibid. p. 22 e 23.

⁹⁸ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1964. p. 03.

são problemas que poderiam ser resolvidos através da implantação de programas elaborados pelo órgão, tais como a participação de técnicos para a difusão de novos conhecimentos (métodos de cultivo, utilização de máquinas, insumos industrializados e sementes selecionadas), o financiamento de crédito rural e a integração do setor agropecuário ao complexo industrial.

De acordo com Back, o processo de modernização do campo na região de Forquilha intensificou-se a partir de 1961, quando o prefeito eleito de Criciúma, o Sr Neri Rosa, desenvolveu um plano-piloto para que os pequenos produtores comprassem tratores e implementos agrícolas.

Este plano-piloto consistia em que o grupo em conjunto compraria um trator com implementos mais necessários, semeadeiras, adubadeiras e outras máquinas necessárias para o bom desempenho da produtividade. A aquisição destas máquinas, o Banco do Brasil financiaria.⁹⁹

Pode-se dizer que a modernização do campo foi pensada a partir de três questões principais: a assistência técnica, o crédito rural e a industrialização da produção.

Assim, para tornar moderno o campo, em primeiro lugar, era fundamental reeducar, ou melhor, recriar tudo e todos que estivessem direta ou indiretamente envolvidos no processo produtivo. É nessa perspectiva que se pode enquadrar o trabalho de assistência técnica desenvolvido pela ACARESC: ensinar aos pequenos produtores do Estado, novas formas de lidar com a terra, novas formas de organizar o tempo, novos papéis e necessidades frente ao processo produtivo, ou seja, é construir um novo sujeito social que atenda às exigências do mercado e à busca incessante pela modernização do setor.

Já não basta o preparo adequado da elite que comanda o processo, pois hoje, faz-se indispensável educar cada indivíduo para torná-lo socialmente ajustado e produtivo, capaz de empregar, em seu benefício e no benefício de todos, a tecnologia do século.¹⁰⁰

⁹⁹ BACK, Adolfo. *História de Forquilha*. Criciúma: UNESC, 1995. p. 56-57.

¹⁰⁰ Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. *Carnes e Derivados - Realidades e Perspectivas em Santa Catarina*. 1969. p.113.

O Relatório do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina, publicado em julho de 1960, que apresenta dados referentes às atividades realizadas no período de 58/60, evidencia a preocupação com o treinamento e capacitação “científica” da equipe técnica da ACARESC. Isto porque “(...) é necessária uma constante atualização de conhecimentos para manter a eficiência da atividade educacional do Serviço de Extensão”.¹⁰¹

De acordo com o texto, a “atividade educacional” dizia respeito à orientação dos pequenos produtores rurais para o autodesenvolvimento, preparando-os para a modernização pretendida para o campo brasileiro. Contudo, deve-se considerar que este processo era muito mais do que as “(...) modificações ocorridas na base técnica da produção, na substituição das técnicas agrícolas tradicionalmente utilizadas por técnicas “modernas”: o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado.”¹⁰², estas atividades desenvolvidas com os produtores também iam muito além da simples vontade de informar ou formar para uma vida melhor.

É através desta educação que muitos valores podem ser substituídos ou outras formas de ver o mundo podem passar a existir.

Neste momento,

“(...) novos gêneros alimentícios estão sendo introduzidos na dieta da família rural”.

“(...) despertam seu interesse na cooperação honesta com os órgãos oficiais, acostuma-o a trabalhar com os técnicos e forma bons agricultores”.

“(...) o agricultor necessita de crédito para desenvolver a empresa rural”.

“(...) preparar futuros agricultores e donas de casa para o meio rural”.¹⁰³

¹⁰¹ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. Julho de 1960.

¹⁰² GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 26.

¹⁰³ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. Julho de 1960.

Ou seja, não sendo mais o saber do produtor rural qualificado para o inserir nesse imenso mundo moderno, buscou-se constituir novos sujeitos sociais.

Nem tudo pode ser produzido, ou melhor, nem tudo deve ser produzido. A escolha não deveria mais estar nas mãos do colono, mas antes na das indústrias a que estão integrados e na dos técnicos extensionistas. Planta-se milho porque este “(...) é o esteio da agricultura catarinense”. Utilizam-se sementes de batata certificada porque é mais “lucrativo”. Aplica-se adubo químico porque “(...) aumenta a produção e dá mais renda que a mesma cultura, sem adubo químico”. Criam-se suínos porque estes “(...) fornecerão a proteína do futuro”.¹⁰⁴ E, assim, tenta-se definir os rumos da produção dos pequenos produtores rurais e do Estado.

O objetivo destas orientações era “(...) a introdução de práticas que determinem o aumento da produtividade e da renda do agricultor, caminho certo para ganharmos a sua confiança e termos a base material para elevar o seu nível de vida”¹⁰⁵, como se todos os produtores rurais tivessem o mesmo interesse desde sempre: o lucro e a acumulação de capital.

E nesse momento, aqueles que detinham o poder econômico buscavam a industrialização do país. Inicia-se, então, um processo de vinculação da agricultura à indústria, constituindo-se a primeira “(...) cada vez mais, em um ramo industrial como qualquer outro, com elevado grau de mecanização, uso de adubos, fertilizantes”.¹⁰⁶

Para Silva, esta “industrialização da agricultura”, onde o homem do campo perde paulatinamente sua independência frente ao processo produtivo, pode representar “(...) não apenas mudanças nas relações do Homem com a Natureza mas também nas relações sociais

¹⁰⁴ Ibid.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da Terra. Ensaios Críticos de Ecologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Rocco/Socii, 1984. p.106.

de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas, etc.)”.¹⁰⁷

Mas é necessário considerar que as mudanças advindas deste processo vão além, pois aqui o homem do campo também pode alterar a forma como lida consigo e com o outro. Assim, a modernização da agricultura e a subordinação do setor agrário ao industrial podem determinar significativas mudanças na forma que os colonos passam a enxergar e desejar o mundo.

O êxodo rural é um bom exemplo destes acontecimentos. A partir do momento em que o conhecimento do agricultor passa a ser desconsiderado, cessa-se paulatinamente o apego que este tem com a terra. E, conforme salientou Gonçalves, é neste contexto que questões como êxodo rural emerge. “O êxodo rural [...], significa antes de mais nada, a expropriação do trabalhador, sua completa desvinculação da terra e de seus meios de produção – [...]”.¹⁰⁸ Expropriação de saber, expropriação de querer.

Alteram-se as formas de atuação. Até mesmo os relatórios produzidos anualmente pelos extensionistas reconhecem que a preocupação com a produtividade e os resultados econômicos “(...) estimularam os agricultores a mudanças tecnológicas e comportamentais”.¹⁰⁹

Uma dentre tantas mudanças percebidas refere-se à relação dos produtores com a instituição e seus representantes. A partir de então, “(...) estes agricultores passaram a tecnificar suas propriedades, exigindo intensa assistência técnica”, garantindo, portanto, a existência e manutenção dos programas assistenciais desenvolvidos. É neste momento que a

¹⁰⁷ SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP – Instituto de Economia, 1996. p.04.

¹⁰⁸ GONÇALVES, op. cit., p.106.

¹⁰⁹ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1970.

ACARESC expande-se contundentemente e instalam-se três escritórios regionais e mais de uma dúzia de escritórios locais por toda Santa Catarina.

Assim sendo, o problema da falta de conhecimento poderia e deveria ser solucionado pela assistência técnica pensada e aplicada pela instituição; já a falta de recursos para investimento na produção dependia da participação de outros agentes. Aqui entra a ACARESC como intermediária no processo de obtenção e controle do crédito rural. “O Serviço de Extensão atua ainda como interveniente na aplicação do CRÉDITO ORIENTADO, encaminhando os agricultores para os órgãos de financiamento e orientando a aplicação de empréstimos.”¹¹⁰

A maior parte dos relatórios destaca o trabalho realizado para buscar o estabelecimento e manutenção de acordos com instituições financeiras, como o Banco do Brasil (BB), o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (BDE) e o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), para criar este tipo de crédito rural educativo.

De acordo com um artigo publicado em um jornal da região sobre o Seminário Ruralista Sul Catarinense, promovido pelo Serviço de Extensão Rural, que se realizou em Criciúma durante os dias 18 e 19 de agosto de 1961, “(...) dos temas que, por si só, monopolizou as atenções de grande maioria dos congressistas, foi o referente ao Crédito Rural, principal motivo do atraso de nossa produção agrícola”.¹¹¹

Motivo de preocupação dos órgãos governamentais e da mídia de todo Estado, o crédito rural obtido pelos produtores era classificado conforme o plano de ações que seguisse, podendo ser Orientado, onde o agricultor recebia recursos para aplicar na produção a partir de um plano estabelecido previamente com a parceria do técnico extensionista, ou

¹¹⁰ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. Julho de 1960.

Supervisionado, sendo que a liberação do financiamento dependia da apresentação e execução de um plano considerado “integral”, uma vez que previa as atividades tanto da produção em si quanto daquelas envolvidas com assuntos do lar.

Muitos produtores rurais da região de Forquilha mencionam a participação dos técnicos agrônomos no processo de obtenção de crédito rural:

(...) no caso, por exemplo, se a gente precisa deles para dá uma orientação na lavoura ou para fazer um empréstimo, né? Aí os técnicos agrícolas fazem um orçamento e a gente leva no banco. A gente paga uma quantia para eles, assim por cento do empréstimo e eles encaminham.¹¹²

Este tipo de financiamento era considerado “(...) de efeito a longo prazo e sua função eminentemente educativa”, e assim entendido, tinha como objetivo básico possibilitar “(...) ao produtor formar capital suficiente para desenvolver a empresa rural”, visto que a agricultura (“setor deprimido”) era tida como de baixa rentabilidade.

Atenção
HOMEM DO CAMPO!

agora V. pode adquirir a grande

VOLKSWAGEN KOMBI
com financiamento em 3 anos

Em reconhecimento de sua extraordinária utilidade para o homem do campo, a equipe da Volkswagen Kombi é agora financiada pela Câmara de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Visite-nos hoje para saber das condições desta garantia!

ALTA ECONOMIA - O VEÍCULO MAIS ECONOMIZADOR A SEU NÍVEL DE PREÇO E PERFORMANCE. Mais de 15 km por litro de gasolina.

MULTI-UTILIDADE - Para o homem do campo, a Kombi é uma carga de 1000 quilos, capacidade superior à de qualquer outra camioneta!

IDEAL PARA TRANSPORTAR - Músicos, estudantes e locais, a Kombi transporta, naturalmente, e com o dobro de seu espaço habitual em espaço!

OUTRA PARA CONDIÇÕES - Ideais para o pequeno produtor, a Kombi oferece mais espaço e volume, oferecendo um veículo sempre ao seu lado.

...CUSTA MENOS NA AQUISIÇÃO - GASTA A METADE DA GASOLINA E LEVA MAIS CARGA DO QUE QUALQUER OUTRA CAMIONETA!

VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A.
Sede: Rua Curitiba, 150 - 5.º andar - São Paulo - SP

Revendedoras neste cidade:
Transportes Criciunense S/A

Garanta desde já o transporte de seu arroz!

Reserve imediatamente seu CHEVROLET

COMPRE SEU CHEVROLET ANTES DA COLHEITA... E VENDA SUA SAFRA ONDE E QUANDO QUISER!

Potente e robusto, Chevrolet transporta mais cargas com menos gastos... Chevrolet roda sem parar na época e também na fazenda, transportando pessoal, adubos, máquinas e a safra. O Concessionário Chevrolet de sua cidade terá prazer em mostrar que o caminhão Chevrolet é o melhor investimento que V. pode fazer já para sua fazenda! Visite-o sem dúvida antes da colheita!

VEJA CHEVROLET PARA SERVIÇOS RURAIS
O melhor veículo para o homem do campo. É ideal para transporte de pessoas, máquinas e produtos. É ideal para transporte de produtos e para o transporte de pessoas. É ideal para transporte de produtos e para o transporte de pessoas.

VISITE O SEU VEÍCULO CHEVROLET ANTES DA COLHEITA E GARANTA O MELHOR INVESTIMENTO PARA SUA SAFRA. VISITE O SEU VEÍCULO CHEVROLET ANTES DA COLHEITA E GARANTA O MELHOR INVESTIMENTO PARA SUA SAFRA.

AM PRODUTO DA

¹¹¹ Oportunas Conclusões do Seminário Ruralista Sul Catarinense. Melhores Dias para a Agricultura Sulina. In: Tribuna Criciunense. Nº 335. 20/11/1961. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

Fonte: Jornal Tribuna Criciumense. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

As imagens acima são propagandas veiculadas com frequência no jornal da região durante a década de 60, e possuíam destinação específica: o novo homem do campo. Ambas surgem como alternativa para o problema do transporte da produção:

No enorme bojo de uma Kombi cabe uma carga de 810 quilos, capacidade superior a de qualquer outra camioneta!¹¹³

Potente e robusto, Chevrolet transporta mais carga com menos custo...¹¹⁴

Se um dos anúncios ressalta a possibilidade de utilização do crédito agrícola oferecido pelo Banco do Brasil, o outro trata da facilidade do transporte não apenas da produção, mas também de adubos e maquinas, e é a partir destas questões que se estabelece o processo de modernização do campo brasileiro.

Considerando-se a forma como o produtor rural tinha acesso ao crédito rural, através da aplicação de planos de orientados ou supervisionados, percebe-se a busca pelo controle dos meios de produção e pela mudança na forma da produção, uma vez que se trata em última instância da “(...) penetração do capital financeiro em condições de transformar a produção e subordinar o camponês à sua lógica, transformando profundamente a estrutura da produção camponesa. A ação do capital financeiro na produção camponesa requer uma modificação completa da rotina do trabalho e vida do camponês”.¹¹⁵

Como salientou Lohn,

(...) para ter acesso ao crédito, o agricultor tinha que aceitar a prestação da assistência técnica dos extensionistas. Desse modo, o crédito rural se transformou no grande instrumento de extensão rural em Santa Catarina. O agricultor recebia o extensionista como forma de se submeter aos critérios e exigências para receber o crédito rural.¹¹⁶

¹¹² Entrevista com Antonio Mariano.

¹¹³ Tribuna Criciumense. Nº 355. 23/04/1962. P.05. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

¹¹⁴ Tribuna Criciumense. Nº 306. 01/05/1961. P.07. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

¹¹⁵ BELATO, op. cit., p.16.

¹¹⁶ LOHN, 1997, op. cit., p.64

Com o passar do tempo, o acesso aos financiamentos obtidos junto às instituições financeiras passou a ser pauta de reivindicação do setor. Isto porque “(...) a perda do controle dos pressupostos da reprodução do processo produtivo obriga o pequeno produtor a obtê-los no mercado. Sujeito à expropriação sistemática do excedente por ela gerado, a pequena propriedade encontra dificuldades em fazer face às despesas da reprodução do processo produtivo. Torna-se, então, dependente de instituições financeiras”.¹¹⁷

Sobre a relação dos pequenos produtores rurais e os bancos e os empréstimos conseguidos junto aos mesmos, Paulilo evidencia que sendo os créditos utilizados em sua maioria para a mecanização das propriedades, muitas vezes acabaram associados ao “status” advindos com as aquisições. “A forte pressão governamental no sentido de criar, no meio rural, uma classe de pequenos produtores capitalizados, forçando com isso uma maior diferenciação, aumentou a importância social tanto do sucesso econômico quanto da capacidade de modernizar-se.”¹¹⁸

O crédito rural emerge como sendo uma das formas utilizadas pelo governo para controlar os produtores rurais e determinar os rumos da agricultura catarinense. Do mesmo modo também é uma forma de incentivar a compra de equipamentos e máquinas, acelerando assim a produção industrial no país.

A integração da agricultura ao setor industrial é vista como uma das possibilidades de solução para o problema da comercialização da produção rural. Segundo uma ampla avaliação promovida no ano de 1969 pelo CODESUL (Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul) sobre o setor de produção e industrialização de carnes e derivados no Estado

Pode-se prever os próximos anos uma paulatina transformação nos métodos de comercialização e industrialização do suíno, transformação essa que se caracterizará por uma estrutura firme e que permitirá aos produtores a tranquilidade do mercado certo, aos

¹¹⁷ CAMPOS, Índio. *Os Colonos do Rio Uruguai. Relações entre Pequena Propriedade e Agroindústria no Oeste Catarinense*. Paraíba: Dissertação de Mestrado, 1987. p. 205.

¹¹⁸ PAULILO, 1990, op. cit., p.78.

industriais a disponibilidade de matéria-prima de alta qualidade e, aos investidores, um novo e promissor campo de aplicação de capitais, que é a suinocultura industrial.¹¹⁹

É necessário considerar que a influência do setor industrial na agricultura dá-se em duas frentes: quando impele o agricultor a adotar certos sistemas de cultivo ou criação e insumos/sementes selecionados, para poder padronizar a matéria-prima e facilitar a comercialização dos produtos industrializados, e quando impõe o desenvolvimento tecnológico do setor, forçando a utilização de técnicas cada vez mais avançadas, como é o caso dos tratores e demais máquinas utilizadas.

Se por um lado as indústrias às quais os produtores estão integrados determinam o quê, quando e como deve ser a produção, as indústrias fabricantes de equipamentos para a agricultura muitas vezes determinam o quê, quando e como se devem adquirir bens que contribuam para a produção.

Em grande medida, o comando político das atividades da agricultura – [...] – encontra-se fora do setor. São as empresas produtoras de tecnologia agrícola, tanto maquinarias como insumos, juntamente com as empresas processadoras de matérias-primas e alimentos, que, em boa parte, determinam os rumos da modernização da agricultura brasileira.¹²⁰

Desta forma, a indústria, que no Brasil teve suas origens ligadas ao campo, passou a determinar os rumos da produção agropecuária. Neste momento, ser moderno é industrializar-se. Neste momento, o desenvolvimento do país e da região somente é possível através da industrialização. Aliás, neste momento, crê-se que “(...) a explicação a respeito da necessidade de desenvolvimento e industrialização encontra-se na própria natureza humana”.¹²¹

¹¹⁹ Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul. *Carnes e Derivados - Realidades e Perspectivas em Santa Catarina*. 1969. p. 89.

¹²⁰ GRAZIANO NETO, Francisco. *A Tragédia da Terra. O Fracasso da reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Iglu/Jabuticabal, SP: Fundação de Estudos em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, 1991. p. 68-69.

¹²¹ WERNER, Bernardo Wolfgang. *Transformações e Tendências do Setor Secundário no Brasil e seus Reflexos em Santa Catarina*. Brochura. Florianópolis: 1974. p. 24.

Sobre a mecanização do campo e a compra de máquinas e equipamentos para o uso na agropecuária, o próprio governo, nos relatórios e programas elaborados, salienta que muitas vezes trata-se de um “exemplo alarmante” de mau uso dos recursos, causando “tremendos prejuízos ao país”. Contudo, nestes mesmos documentos, a mecanização surge como uma das necessidades primordiais dos produtores justificando, portanto, a existência dos financiamentos rurais. “A solução do problema da mecanização e motomecanização da lavoura está nas facilidades de financiamentos e na assistência técnica”.¹²²

Outra possibilidade era a constituição de cooperativas agropecuárias, que poderiam através da construção e equipamento de armazéns comunitários facilitar a comercialização da produção. Segundo estudo realizado pelo Governo do Estado, “(...) o cooperativismo tem facilitado a compra de bens de produção, em comum, com sensível redução de seus custos, além de que, este fato tem contribuído para a uniformização e melhoria da qualidade dos produtos”.¹²³

Em suas atividades e relatórios, os técnicos da ACARESC sempre demonstraram grande preocupação com o processo produtivo dos agricultores catarinenses, desde a escolha do que produzir até a colheita. Esta preocupação envolvia questões como o crédito rural, as formas de comercialização, a seleção dos produtos (sementes e insumos) e as máquinas a serem utilizados no cultivo.

Para difundir tais conceitos era necessário antes formar um produtor rural que pudesse entender e participar de uma nova ordem determinada pelo ideal de desenvolvimento, a evolução da indústria e conseqüente integração do setor agropecuário.

Os relatórios produzidos pelos técnicos da ACARESC somente apresentam uma preocupação social com o setor quando vinculada a questões econômicas, ou seja, quase nunca se fala da participação do governo na melhoria das condições de vida desta população.

¹²² Secretaria da Agricultura de Santa Catarina. Programa de Trabalho para o Período de 1961/1965. p. 26 e 27.

Fala-se no uso de novas técnicas, novos equipamentos, novos meios de produzir, mas não se fala (ou muito pouco) em saneamento básico, em construção de escolas e creches mais próximas dos núcleos de pequenos produtores para que as crianças possam estudar, em transporte público, entre outras. Ou melhor, estas questões são tratadas, mas somente quando relacionadas diretamente à produção. Trata-se de Saneamento básico para evitar a proliferação de doenças entre os animais e a perda de parte da produção; de Educação para os filhos dos produtores através dos Clubes de Trabalho 4-S para difundir os ideais de modernização; de Transporte da produção para diminuir os riscos e a demora na entrega dos produtos.

É o discurso de que a qualidade de vida depende exclusivamente da lucratividade do setor. E a lucratividade, sob a ótica do governo, depende do desenvolvimento tecnológico, ou seja, da modernização. Portanto, fica claro que para os extensionistas, para que estes produtores possam melhorar as condições de vida, é necessário antes modernizar a agricultura e tudo que nela está envolvida. A questão desde sempre foi o aumento da produtividade e não o bem-estar social dos produtores.

Isto fica evidente em outro texto produzido por Olinger:

Com boas sementes, cultivos corretos, correção e adubação, controle das pragas e doenças, e muito em breve, com irrigação, teremos índices médios de produção iguais ou superiores a qualquer país desenvolvido.

Aí haveremos de argumentar com outros dados e não estaremos mais no atraso em que nos achamos nesta grande corrida ao encontro do bem-estar.¹²⁴

De acordo com Lohn, em sua dissertação sobre os discursos produzidos pela Extensão Rural em Santa Catarina, de 1956 a 1975, a ACARESC pretendia construir um agricultor

¹²³ Governo do Estado de Santa Catarina. Agricultura – Prioridade Um. 1969.

¹²⁴ OLINGER, Glauco. *O Caminho da Produtividade*. In: Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina – 1970.

modelo e moderno, apto a produzir conforme as necessidades do mercado, ou seja, a fazer parte da lógica capitalista.

Os discursos da ACARESC aqui analisados permitem vislumbrar a elaboração e formulação de um projeto político com vistas a construir novos tipos de sujeitos sociais, um novo tipo de agricultor em Santa Catarina, envolvendo um confronto entre visões de mundo, culturas e modos de pensar diferentes. Mais do que a subordinação material ao desenvolvimento capitalista, caberia atuar como poder simbólico, capaz de legitimar o saber técnico, adestrando e disciplinarizando o agricultor, desestruturando suas formas autônomas de produção e de condutas, substituindo-as pelo padrão capitalista.¹²⁵

A preocupação governamental com a construção de sujeitos modernos ia além da formação do colono e atinge também os próprios extensionistas. Estes, assim que contratados eram submetidos a treinamentos dirigidos que visava orientar a sua atuação nas comunidades escolhidas para desenvolver o trabalho de extensão rural.

A maior parte dos relatórios de atividades produzidos pela ACARESC durante as décadas de 60 e 70, evidencia a necessidade de treinamento dos extensionistas rurais.

“Nós treinamos os técnicos antes de ingressarem na ACARESC, em centros especializados. O trabalho de assistência técnica ao produtor precisa evoluir permanentemente, de acordo com as conquistas alcançadas, nos centros de pesquisa e experimentação. Por isso, durante o ano, técnicos especializados ministram aos extensionistas da ACARESC o treinamento em serviço, visando atualizar e aperfeiçoar os métodos de trabalho.”¹²⁶

De acordo com OLINGER, “(...) ninguém ingressava na ACARESC sem realizar, previamente, o treinamento de capacitação inicial com duração mínima de sessenta dias úteis até a década de 70”. Desta forma, os técnicos contratados, antes de atuar junto às famílias rurais, faziam o Curso de Capacitação Inicial ou Pré-Serviço, visando “(...) sua profissionalização como agricultores”.¹²⁷

Schultz, em seu estudo sobre as relações sociais e profissionais das mulheres extensionistas rurais, funcionárias da área técnica da ACARESC, destaca que “(...) o Pré-

¹²⁵ LOHN, op. cit., p. 08.

¹²⁶ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. Julho de 1961/62.

Serviço era um verdadeiro “tratamento de choque” para os treinandos. Nele, a “atitude” era mais importante do que as notas que se obtinham nas disciplinas, onde se “moldava”o agente de Extensão Rural.”¹²⁸

Assim, as extensionistas além de receber orientações técnicas que seriam difundidas e aplicadas no cotidiano das mulheres do campo, influenciando o relacionamento e as vivências das pessoas envolvidas no processo produtivo, também recebiam orientações comportamentais de como “(...) deveriam se portar perante a comunidade, onde iriam atuar e na qual deveriam ser “autoridades” e “exemplos”¹²⁹, influenciando a forma como estas mulheres lidavam consigo e com o outro.

Contudo, pode-se dizer que nem tudo saiu conforme o planejado. Apesar de estas práticas discursivas terem atingido diretamente muitos daqueles que estavam envolvidos no processo de produção agropecuária no Estado, muitos outros desenvolveram “táticas” para manter a autonomia frente ao processo produtivo.

E o caso das extensionistas, e também é o caso dos colonos... Há muito se tem falado de um novo homem do campo a partir exclusivamente das políticas governamentais aplicadas e pensadas para o setor agropecuário. Parece que este sujeito social esteve durante todo o tempo à margem do processo, como se a sua história pudesse correr independentemente da sua participação.

Segundo o Relatório de Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina de 1970, o impacto da tecnologia na agricultura do Estado pôde ser percebido através “(...) dos excelentes resultados econômicos e sociais para o agricultor”.¹³⁰

¹²⁷ OLINGER, 1996. op. cit., p. 293.

¹²⁸ SANTOS, Clarice Schultz. As moças que não podiam casar. O caso das extensionistas sociais da ACARESC (1956-1982). Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. P.12.

¹²⁹ Ibidem. P.12.

¹³⁰ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1970.

Este dado pode ser questionado de duas formas: quantitativa, ao se considerar o crescimento absurdo do êxodo rural no período, e qualitativamente, ao se considerarem as vivências e relatos das pessoas diretamente envolvidas.

Quantitativamente, considerando-se os dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que evidenciam ser exatamente neste período que a população rural deixou de ser maioria. Conforme os censos realizados pelo IBGE, em 1960 a população total do Brasil era 70.070.457, sendo a população urbana 31.303.034 e a população rural 38.77.423; em 1970, a população total era 93.139.037 – a população urbana era 52.084.984 e a população rural, 41.054.053. Desta forma, se em 1960 era no campo que viviam cerca de 55,33% do total de residentes no país; em 1970, passou a ser menos da metade, com apenas 44,08% do total.¹³¹

Qualitativamente, considerando-se a fala dos próprios produtores rurais. Nem todos acham que as novas tecnologias e a utilização de máquinas melhoraram a qualidade de vida no campo. Esta é uma das questões analisadas no próximo capítulo.

¹³¹ Dados Históricos dos Censos. In: www1.ibge.gov.br/estatistica/censohistorico/1940_1996.shtm

CAPÍTULO III – Diferentes maneiras de lidar com a modernização do campo: os colonos e suas escolhas.

Sem falar que a história me desespera por ser simples demais. O que me proponho contar parece fácil e à mão de todos. Mas a sua elaboração é muito difícil. Pois tenho que tornar nítido o que está quase apagado e que mal vejo.

Clarice Lispector. A Hora da Estrela.

Para White, “o historiador contemporâneo precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo”.¹³² Da mesma forma, Deleuze, buscando explicar o interesse de Foucault pela história, considerou que “as formações históricas só o interessam porque assinalam de onde nós saímos, o que nos cerca, aquilo com o que estamos em vias de romper para encontrar novas relações que nos expressem”.¹³³; ou seja, percebe a história como uma das possibilidades reais de mudança da realidade social.

Então, o por que fazer uma análise histórica do processo de integração à agroindústria dos colonos de uma pequena comunidade, pondo em foco a produção de uma nova subjetividade? A resposta vem rápida: contribuir para que a sociedade consiga perceber a historicidade de seus atos, de suas vontades, de suas vidas.

Ao evidenciar a preocupação dos órgãos governamentais com a constituição de um novo homem do campo em Santa Catarina, homem este que deveria estar apto a se inserir neste imenso processo capitalista, tem-se por objetivo mostrar que muitos colonos

¹³² WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. p. 53.

¹³³ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. p.131.

catarinenses, paralelo às iniciativas e investidas do governo e da sociedade em geral, participaram ativamente do seu processo de constituição.

Conforme salientou Moreira, “(...) a modernização é lenta em algumas partes, rápidas em outras, e fundamentalmente desigual”.¹³⁴ Para este autor, a constituição das classes sociais neste processo de modernização é determinada pelo capital e, por isso, apresenta-se de forma bastante diferenciada. Em algumas regiões “(...) tem-se manifestado pela modernização de certas culturas em áreas específicas ao mesmo tempo em que mantém certas características da estrutura de produção antiga, reforçando-se outras e outras ainda são adaptadas às novas condições”.¹³⁵

Há muito se tem considerado que a não adaptabilidade total do colono aos preceitos do capitalismo, da modernização da agricultura e da subordinação do setor agrário deve-se à sua falta de preparo. Parece, desta forma, que o colono estaria progredindo através de estágios de compreensão e assimilação até a completa constituição como sujeito capitalístico. Entende-se que parte desta atitude nada mais é do que resistência à ordem que se deseja instituir, sendo uma das formas de criar “espaços de singularização” onde o sujeito pode se desenvolver, sonhar, desejar, ou seja, viver.

De acordo com Guattari & Rolnik, o processo de singularização “(...) é algo que frustra esses mecanismos de interiorização dos valores capitalísticos, algo que pode conduzir à afirmação de valores num registro particular, independentemente da escalas de valor que nos cercam e espreitam de todos os lados”.¹³⁶

Somos todos subordinados ao capital, mas existem espaços onde se podem questionar ou somente vivenciar situações alheias às vontades inerentes do capitalismo. Neste caso, especificamente, são diferentes as formas de lidar com a realidade que se apresentam.

¹³⁴ MOREIRA, Roberto José. Agricultura Familiar. Processos Sociais e Competitividade. Rio de Janeiro: Mauad; Sideropédica, RJ: UFRJ/CPDA, 1999. P.28.

¹³⁵ Ibid., p.28.

É fundamental questionar-se de que forma estão se constituindo os sujeitos sociais dentro deste contexto: estão atuando e modificando as relações nesta imensa ordem social ou estão apenas aceitando e incorporando conceitos, atitudes, desejos? A questão não é apenas verificar se estão emergindo novos sujeitos sociais, mas também analisar qual a relação destes com a sua realidade social.

Giddens, buscando analisar as conseqüências da modernidade na vida dos indivíduos, caracteriza as diferentes reações de adaptação às transformações ocorridas na sociedade. Ao todo seriam quatro: a aceitação pragmática, onde o homem entende que a realidade está fora de seu controle, não adiantando, portanto, planos para o futuro; o otimismo sustentado, onde o homem parece apresentar uma fé providencial, acreditando num fim/futuro seguro e sem ameaças; o pessimismo cínico, que é “(...) um modo de amortecer o impacto emocional das ansiedades através de uma resposta ou humorística ou enfasiada com o mundo”¹³⁷, e o engajamento radical, onde o homem assume uma posição contestatória, buscando a mobilização como solução para os diversos problemas.

Todo tipo de classificação tem o objetivo de auxiliar no processo de observação e análise do objeto selecionado. Contudo, deve-se considerar que, as categorias, tipos, no caso, reações classificadas não são estanques, ou seja, alteram-se conforme os desejos e vivências das pessoas e classes envolvidas. Isto deve ser destacado porque são os sujeitos que estão sendo analisados e estes não possuem comportamentos e escolhas padronizadas ou preestabelecidas. No caso estudado, muitos colonos durante anos relutaram a integrar-se e depois acabaram integrando-se. O mesmo acontece com as demais reações, que, em diferentes momentos, variam conforme as situações vividas.

¹³⁶ GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely., 1986, p. 47.

¹³⁷ GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. [tradução: Raul Fiker] São Paulo: Editora UNESP, 1991. – (Biblioteca Básica). P.138.

Entende-se ser possível uma classificação mais simples, considerando a forma com que se lida com a realidade que se apresenta: aceita-se ou se nega, questiona-se ou se transforma. Ao se acompanhar a história dos produtores rurais integrados no Brasil e a relação com o processo de integração a que são submetidos, é possível distinguirem-se estas diferentes reações:

1. Aceitação simples e incorporação dos valores difundidos com o processo de integração ou a desistência da ligação com a indústria. Esta última atitude aconteceu e ainda acontece muito na Região Sul do Estado de Santa Catarina. E, neste caso, em Forquilha não é diferente. Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Forquilha, o Sr. Mário Westrup, muitos dos produtores integrados abandonaram e ainda estão abandonando o vínculo com as agroindústrias. Entende-se ser um dos possíveis desfechos das duas outras reações dos produtores: a organização de movimentos de luta e a adaptação ao sistema, criando espaços de atuação e mudança no processo.

Segundo muitos colonos, a integração não é vantajosa. Se por um lado, a falta de liberdade no processo de produção e comercialização é penosa, por outro, a baixa lucratividade não compensa o investimento.

É muita exigência, muita coisa, o lucro é pequeno e eles exigem investimento, né? Então a gente não foi, ia por conta agora, né?¹³⁸

Apesar de utilizar-se a palavra “integração” para caracterizar-se a relação entre a agroindústria e os produtores rurais, muitos destes viam-se como “escravos”, uma vez que o retorno do investimento era considerado bastante reduzido e a liberdade nas escolhas menor ainda. Por isso a desistência.

(...) é de chorar, sabe, a gente trabalhar... Então, a gente vira escravo daquilo ali... Então, se a gente vê que a gente tá ganhando dinheiro, a gente se anima. Agora, você além de ser um escravo e você no fim do mês, você pegar zero, e só zero, daí não dá...¹³⁹

¹³⁸ Entrevista com Francisco Eyng.

¹³⁹ Entrevista com Terezinha Sehnen.

Neste caso, a agricultora Terezinha Sehnem fala especificamente sobre suas angústias frente às dificuldades na produção quando integrada, entretanto se sabe que esta não é uma característica exclusiva deste tipo de produção. Os colonos não-integrados também passam por situações parecidas, uma vez que a falta de apoio do governo atinge ambas as categorias. A diferença parece relacionar-se às expectativas de cada um: o integrado sempre esperou ter maior apoio nos momentos de crise, senão do governo pelo menos das agroindústrias, enquanto os colonos não-integrados apesar de questionarem a situação, parecem não esperar mais por apoio nem do governo, nem da sociedade como um todo.

Apesar de desistirem da integração, alguns colonos ainda permanecem vinculados à agroindústria de alguma forma. É o caso de Francisco Eyng, que tem sua produção centrada no milho e na mandioca, alimento dado aos porcos. Parece ser esta outra das formas de adaptação à ordem instituída. Apesar de não depender diretamente do setor industrial, produz conforme as necessidades do mercado, podendo escolher parcialmente a quem, quando e como vender sua produção.

E isso influencia quem vende e quem compra. Muitos agricultores integrados utilizam-se do “esterco” produzido pelos aviários para adubarem suas plantações. É uma forma de diminuir o custo da produção, uma vez que o adubo normalmente é importado e vendido conforme a cotação do dólar no mercado.

Adubo eu uso pouco, mais é esterco de aviário que tem hoje, tem bastante aviário por aí, então o cara compra desses aviários aí e bota na mistura, né?¹⁴⁰

2. Com a perda da autonomia quanto à produção e comercialização dos produtos, muitos colonos passam a constituir movimentos de “luta contra a subordinação do trabalho ao capital”. Estes movimentos, apesar de contestarem as transformações das relações sociais no

¹⁴⁰ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

campo, normalmente não têm como pretensão a modificação das relações de produção, mas a conquista de melhores condições de vida dentro desta nova lógica.

As lutas são organizadas via movimento sindical, e as principais ações são manifestações públicas através de passeatas, bloqueios de vias públicas, invasão de sedes de órgãos públicos e agências bancárias e, principalmente, boicotes à comercialização de produtos.¹⁴¹ Em Forquilha parece não ter ocorrido este tipo de movimento, pois nem os jornais evidenciam, nem os colonos relatam nas entrevistas.

Conforme salientou Grzybowski, não podemos “(...) ignorar ou relegar a um plano secundário essas lutas, pois elas se impõem pela sua própria força, pela capacidade mobilizadora do campesinato em questão e pelo impacto que provocam nos setores agroindustriais envolvidos, e nos organismos do estado formuladores de política agrícola e na própria sociedade”.¹⁴²

A existência de mobilizações envolvendo os produtores rurais foi bastante noticiada nos últimos anos da década de 70, especialmente no Oeste de Santa Catarina. Poli, em seus estudos sobre os movimentos sociais na região, destaca que neste período “(...) passaram-se a registrar na região mobilizações envolvendo camponeses que levantaram para protestos contra os efeitos do processo de modernização da agricultura, identificado com a política agrícola do governo militar, fornecedora do grande empreendimento de caráter empresarial..”¹⁴³

De acordo com o autor, um dos momentos mais críticos da relação entre produtores, agroindústria e governo ocorreu no episódio da "farsa da peste africana", quando a mídia divulgou a morte de alguns suínos, possivelmente em função da doença, e o governo, com a ajuda do exército, exterminou muitos animais. A revolta dos produtores decorreria das

¹⁴¹ POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.

¹⁴² GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes/FAES, 1987. p. 38.

dúvidas sobre a real existência da doença, uma vez que muitos consideravam o fato como uma estratégia para acabar com a produção autônoma de suínos.

Em Forquilha, poucos colonos lembram do episódio. Apenas um entrevistado, ao ser questionado, descreve o acontecimento com bastante clareza:

Aqui na região foram abatidos muitos animais sadios dizendo que era problema de peste suína. Todo animal que era de raça de pele preta, esse animal comum era abatido e enterrado em valas abertas por tratores e retroescavadeiras.¹⁴⁴

Para Rudi Steiner, comerciante da região, um dos fundadores do FRISULCA S.A. e diretor da agroindústria durante os primeiros anos da empresa, a questão estava diretamente relacionada com a disputa por espaço no mercado consumidor de determinados produtos: a banha do porco deveria ser substituída pelo óleo de soja.

Como havia um grande mercado de banha, hoje eu posso dizer, que se falava em peste suína na época, eu posso dizer que foi um grande engodo, isso eu posso afirmar que foi um trabalho feito muito alto, uma forma de introduzir o óleo de soja e com isso acabar com a banha. Porque aqui na região se vendia, se produzia muito esse porco, tipo banha, que chamava o porco da raça comum, porco que produzia muita banha. Tinha algum interesse de substituir a banha por azeite, óleo de soja. E por isso a única maneira de talvez facilitar a produção de óleo de soja foi então inventando essa história de peste suína.¹⁴⁵

3. A terceira reação é o objeto principal desta pesquisa. Muitos colonos encontram diferentes maneiras de lidar com a realidade social que vivem, modificando-a. Apesar de participarem do processo de subordinação ao capital, atuam na constituição de seus valores, não sendo meras peças a serem movimentadas, e sim contribuindo ativamente na criação das regras e estabelecendo caminhos possíveis para o jogo.

Mesmo que muitos aceitem a integração, deve-se considerar que fazem por escolha pessoal, uma vez que conhecem as possibilidades e as mudanças que devem ocorrer em suas

¹⁴³ POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. Chapecó: Grifos, 1999. p.15.

¹⁴⁴ Entrevista com Rudi Steiner.

¹⁴⁵ Entrevista com Rudi Steiner.

vidas. Estes novos valores, quando incorporados, não são determinados, de fora para dentro, mas escolhidos, de dentro para fora, pois nada mais são do que uma opção de vida.

A constituição do sujeito passa por múltiplas instâncias pessoais e decorre de inúmeras vivências do indivíduo e da classe. A modernização do campo e questões como a mecanização das formas de produzir, a produção voltada para monocultura, a utilização dos sistemas de crédito rural, a alteração nas formas de comercialização da produção e a preocupação e atuação dos órgãos governamentais na formação de um novo homem do campo são determinantes, mas não são únicas. O sujeito também se constitui da relação do homem com a natureza, com a terra e o êxodo rural, com instituições importantes como a Igreja e o Sindicato, com as formas de organização do grupo e o cooperativismo, entre outras relações e situações possíveis.

Muito se tem falado sobre as facilidades da mecanização para a produção agropecuária: a diminuição do número de pessoas envolvidas diretamente no processo produtivo, do tempo gasto para realizar as tarefas, da carga de trabalho. E parte dos agricultores concorda com essa perspectiva:

Eu acho bom, numa parte é muito bom, assim porque trabalha uma pessoa só produz muita lavoura, né? Porque pro visto de antigamente que a gente trabalhava no pescoço do boi, produzia bem menos e trabalhava mais, né?146

Contudo, ao serem questionados sobre a mecanização, grande parte deles considera que apesar de vantajoso, os custos aumentaram sobremaneira.

Uma vez que se fazia 15, 14 pessoas, hoje com 2 faz tudo, né? Tu tiras leite lá na granja, tudo máquina, só que tem um gasto... Tem que ser tudo, como se diz assim, tem que ser bem organizado, porque senão a despesa é grande, mas tem que fazer qualidade, fazer quantidade, mas qualidade, senão, não adianta, chega no final das contas, aí você tá indignado porque a despesa é grande...147

O aumento dos custos deve-se principalmente à aquisição de grandes máquinas, tais como os tratores, que além de muito caros, logo se tornam tecnologias ultrapassadas e

precisam ser substituídos. Os custos são altos e permanentes, e nem sempre são compensados pelos benefícios da sua utilização na lavoura.

Agora, aqui tem um vizinho meu , ele tinha um trator 275 pago, aí ele trocou por outro 275, né? Deu aquele e financiou o resto. Ele já pagou o valor de dois tratores novo e deve cinco prestações ainda e o dele velho que ele deu por cinco anos de uso. Então não tem como, o cara vai trabalhar a vida inteira, daqui a pouco, uns cinco anos, aquele trator não vale mais nada e ele pagou quatro tratores, enquanto trabalhou cinco anos com o trator. Então não tem como a gente trabalhar.¹⁴⁸

Este aspecto do discurso sobre a modernização, o das novas e imensas facilidades advindas com o processo, pode ser parcialmente questionado a partir da fala dos pequenos produtores. Segundo alguns, o trabalho não diminuiu, mas pelo contrário aumentou, uma vez que a demanda cresceu. Ao participarem apenas de parte do processo produtivo, passaram a trabalhar em função das necessidades da agroindústria.

Olha, naquela época nós tava ganhando dinheiro, nós ganhamos dinheiro com o porco, e principalmente depois que nós deixamos de engordar e pesava ali, né? Pesava pra mandar pra Seara, daí nós trabalhávamos por quantidade de porco que nós pesávamos, mais era trabalhado das 5h30 da manhã até as 11h da noite.¹⁴⁹

Também se pode falar em mecanização, ou melhor, de modernização, no cotidiano dos lares e no trabalho das mulheres. Segundo uma das agricultoras, o trabalho realizado pelas mulheres dentro de casa e nos arredores mudou muito com o passar das últimas décadas. Ao mesmo tempo em que muitas destas mudanças facilitaram as vidas das famílias no campo, criaram certa dependência. É o caso da eletricidade.

Com a luz de querosene, a gente se governava tranqüila dentro de casa., Agora hoje em dia até eu, se chega a faltar energia de noite, eu me sento, me sento, fica escuro, aí... A gente até estranha, tudo o que manda é a eletricidade!¹⁵⁰

Parece ser com bastante indiferença que grande parte dos produtores rurais da região encara a mecanização do campo. Se por um lado entendem que a utilização de máquinas é

¹⁴⁶ Entrevista com Antonio Mariano e Rosa Souza.

¹⁴⁷ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

¹⁴⁸ Entrevista com Paulo Borges.

¹⁴⁹ Entrevista com Terezinha Sehnem.

necessária para facilitar o processo de cultivo e colheita e, por consequência, aumentar a produção, por outro parecem perder parte do orgulho pelo trabalho realizado. Agora tudo é feito pela máquina e não pelo homem. Agora “(...) tá tudo mecanizado. É trator, né? Então nós, hoje no cultivo do arroz, nós não fazemos mais nada a mão”.¹⁵¹

Ao contrário, à pequena horta cultivada no fundo do quintal da casa, é dado um extremo valor sentimental, uma vez que é resultado dos esforços da família como um todo e depende do conhecimento adquirido com a experiência vivida e dos conhecimentos passados de geração em geração.

A parte de casa, tem um bom quintal, uma boa horta, que à gente não falta nada, né? Então, é o que eu sempre digo, tudo custa, né? Mas quem quer ter, tem que fazer, né? Então, ainda hoje eu tava lembrando quando eu tava ali carpindo, tem alho, couve-flor, a coisa mais linda, mas é que tudo isso precisa de muito carinho, né? Muito mesmo, tem que tá capinando toda semana, né?¹⁵²

Assim, ao mesmo tempo em que parte dos produtores aceita as facilidades da monocultura, como a produção de arroz, de suínos ou aves, muitos ainda entendem que a cultura de subsistência é tão fundamental quanto a produção para comercialização.

O arroz hoje, eu não sei se é na maioria do Brasil, mas aqui em Santa Catarina, Itajaí, Joinville e pra cá também, em Turvo, Meleiro e Forquilha, o que tinha de terra, de mato, de vargem... Antigamente se plantava milho, hoje é tudo arroz, é 90% arroz... Então, como se diz, tá na mão um novo futuro, temos só uma coisa só. Agora onde já se viu, o colono plantador de arroz não ter uma vaca de leite, não ter um frango pra comer, não ter um porco pra dar carne pra comer, ter que buscar tudo no comércio? Então isso aí é muito perigoso. Isso aí se um dia der uma crise no arroz, esse colono tá sujeito a falir, né? 153

Planto tudo, a minha despesa não chega a seis reais por mês, porque a gente tem quase tudo.¹⁵⁴

Tenho minha horta, tenho minhas galinhas caipiras, tudo que eu colho é da minha horta: aipim, batata.¹⁵⁵

¹⁵⁰ Entrevista com Antonio Mariano e Rosa Souza.

¹⁵¹ Entrevista com Genir José Steiner.

¹⁵² Entrevista com Genir José Steiner.

¹⁵³ Entrevista com Adriano Loch.

¹⁵⁴ Entrevista com Zeferino Vitali.

¹⁵⁵ Entrevista com Terezinha Sehnen.

Assim, o cultivo de hortas e pomares, a criação de gado de leite, porcos e galinhas para o consumo da família ainda fazem parte da rotina da vida e trabalho no campo. A contestação ao modelo desejado de cultivo e produção monocultora é dada não apenas através da manutenção destas práticas, mas também com o questionamento do abandono destas por outros colonos.

(...) cana-de-açúcar, batata, essas coisas aí ninguém mais planta, nem uma galinha não criam mais. Vão tudo comprar, né? Quando eu vejo gente que vem aqui comprar galinha, comprar ovo... tem gente da colônia que eu conheço, conheço gente da colônia que não tem, vem comprar dos outros colonos, porque então por preguiça também, não quer trabalhar. 156

Os colonos percebem que a indústria busca impor o que deve ser produzido e também o que deve ser consumido. A cultura de subsistência, mesmo quando é apenas complementar à produção, deve ser substituída pelo consumo de produtos industrializados. Isto fica bastante evidente no caso da produção de leite e derivados e o arroz.

E esse leite de caixinha matou, bem dizer a verdade, matou a produção de leite no Brasil. Isso só grandes fazendeiros têm, porque pequeno produtor tem, o pequeno um ou outro tem uma vaca de leite... 157

(...) o arroz, o cara colhe, mas depois compra, né? Aí vem, compra de volta, né? Hoje quase não tem mais descascador de arroz, né? Tem que comprar de volta... 158

Deve-se destacar também de que forma o homem do campo vê os sistemas de crédito rural, instrumentos bastante defendidos pelo governo que entendia ser a possibilidade de modernizar a agropecuária no país. Grande parte entende ser o crédito rural um dos principais causadores da decadência dos pequenos produtores.

A dependência dos agentes financeiros e a conseqüente subordinação ao capital na forma de juros crescentes e prazos longos parecem ser a maior razão dos questionamentos dos

¹⁵⁶ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

¹⁵⁷ Entrevista com Adriano Loch.

¹⁵⁸ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

produtores rurais. A compra de máquinas e insumos agrícolas, que parecia ser a salvação para as dificuldades do trabalho no campo, tornou-se fonte inesgotável de preocupação.

Fora isso, muitos reclamam da falta de incentivo por parte do governo, uma vez que, segundo os pequenos produtores, de tudo o que se diz ter sido investido no setor agrário, muito pouco chegou às mãos do homem do campo e à agricultura familiar.

Pois agora, o governo não ajuda, mas às vezes ele ajuda, né? Até ele tem vontade de ajudar mas só que não chega bem no pequeno produtor, sempre os grandões na frente. Eles abraçam tudo e ficam com as verbas, [...] sempre tem os gaviões na frente, né? Tão aprontando sempre e o dinheiro não chega onde precisa. Precisa um dinheirinho aí com jurinho barato, o pequeno colono, ele, o médio ali, ele tá acabando, só o grandão que tem vez. O colono sofre bastante por causa disso aí.¹⁵⁹

Nada, nada vem... Diz a televisão aí que eles mandaram não sei quantos milhões... Não aparece um conto. Pode perguntar aí se tem um colono aí que recebeu um centavo.¹⁶⁰

Percebem-se nas entrevistas muitas comparações com outros países, especialmente em relação ao apoio do governo e possíveis subsídios e às formas de produção com a utilização de máquinas e implementos agrícolas. Parece ser sempre um ideal a ser alcançado e aparece de forma bastante contundente nos relatórios da ACARESC: “O confronto entre a produtividade obtida em Santa Catarina com a e outras regiões ou países evidencia uma situação menos favorável para nosso Estado.”¹⁶¹

É. Hoje no Brasil tá difícil. Não tem incentivo como lá em Portugal, Estados Unidos e países da Europa, com subsídio agrícola, e tem incentivos como prêmios, né?¹⁶²

(...) a gente tem que ter empréstimo a juro barato. Lá na Europa tem, tem apoio total assim. Aqui não tem nada. Eu acho um absurdo isso. O governo quer que produz mas não apóia. Então a tendência é ir se acabando todos os pequenos.¹⁶³

A instituição e os técnicos extensionistas utilizaram muito as comparações entre Brasil e outros países tidos como mais avançados, com o objetivo de convencer os colonos a usarem

¹⁵⁹ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

¹⁶⁰ Entrevista com Paulo Borges.

¹⁶¹ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1964.

¹⁶² Entrevista com Adriano Loch.

outros métodos de cultivo, máquinas e implementos agrícolas. O campo brasileiro era visto como retrógrado, ultrapassado, devendo buscar os padrões de racionalidade dos países do primeiro mundo, modernizando-se e criando-se possibilidades de desenvolvimento nacional.

Pode-se dizer que foram diferentes os discursos criados para o campo: se por um lado é visto positiva e bucolicamente como o local da natureza, do verdadeiro e da simplicidade, por outro é visto negativamente como o local do atraso e da ignorância. A estes discursos contrapõem-se aqueles constituídos para as cidades: se num momento o espaço urbano é tido como lugar do barulho e da impessoalidade, em outro é associado às possibilidades, às realizações, à cultura, ao saber.

A questão do êxodo rural é um bom exemplo desta relação contraditória entre campo e cidade. Muitos colonos vêem a ida para as cidades como algo problemático, uma vez que o abandono da terra significa o mesmo que o abandono da própria história, do verdadeiro e completo modo de viver a vida.

Sabe-se, contudo, que muitos dos colonos que deixaram o campo para viver nas cidades, apesar das grandes dificuldades enfrentadas, entendem ter melhor qualidade de vida, com maiores chances de crescimento pessoal, do que quando vinculados ao campo.

Estes discursos foram criados e recriados de acordo com os objetivos daqueles que os estão pronunciando. E, como bem salientou Williams, vale a pena questionar-se “(...) não apenas o que está acontecendo, num dado período, com as idéias do campo e da cidade, mas também a que outras idéias, dentro de uma estrutura mais geral, elas estão associadas”.¹⁶⁴ Isto porque são questões diretamente relacionadas à vivência das pessoas das cidades, do campo.

A questão do êxodo rural também é um bom exemplo da relação contraditória entre os discursos que se constituem.

¹⁶³ Entrevista com Francisco Eyng.

¹⁶⁴ WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade. Na História e na Literatura*. [tradução: Paulo Henrique Britto] 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.388.

Se para os órgãos governamentais, em determinados momentos, o êxodo é tido como um problema, uma vez que causa o inchaço das cidades e diminui o número de trabalhadores no campo, em outros é “natural”, posto que a modernização das formas de produção e o avanço tecnológico demandam menos postos de trabalho.

A expansão do trabalho assalariado no campo é outra face do processo de transformação do campo brasileiro para atingir-se o ideal de racionalidade e produção. Esta situação, que já vigora em boa parte do país, está relacionada ao fato acima apontado: faltam terras para a produção familiar em um futuro próximo, uma vez que o espaço para manter todos aqueles que hoje estão no campo, mais seus filhos, seus netos e assim por diante, é bastante reduzido.

Entretanto, segundo um dos colonos entrevistados, a propriedade familiar, de pequena produção é possível, mesmo com o aumento de trabalhadores e proprietários no campo brasileiro. Isto porque,

(...) hoje não precisa quantidade de terra. Tem gente que tem 100, 50 hectares, é bobiça... não dá pra se criar na agricultura, se cria até com 10 hectares, um casal aí se mantém 8 até 6 hectares... agora ele tem que ter um apoiozinho no começo, né? Ele tem que ter, se tivesse um jeito de começar... E tem que trabalhar também, né? Segurar um pouco, né? Não precisa aquele monte de terra. 165

Já para alguns colonos é tido como algo natural, posto que concordam que a quantidade de terra disponível para a produção não é suficiente para manter pais, filhos e netos vinculados ao campo. Contudo, o abandono do campo é normalmente tido como expressão de derrota, uma vez que pais, avós e bisavós sempre tiveram o campo como local de trabalho, de moradia, de vida.

É mais ou menos por aí o caminho. Vai ano após ano, vai dando para trás, os colonos vão se retirando, hoje eu tô vendo na agricultura aqui... olha o que tem de gente que sai durante o ano... vão para a cidade, vão para as favelas e depois viram drogados. É, não têm mais nada para fazer, não têm mais nada a perder, né? 166

¹⁶⁵ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

¹⁶⁶ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

Os cursos ministrados por entidades governamentais com a EPAGRI são outra iniciativa do governo bastante criticada pelos colonos, especialmente pelas mulheres do campo, que apesar de muitas vezes bem intencionados, estavam longe da realidade dessas pessoas.

(...) eu fui até fazer curso em Florianópolis, fiz dois, até fiz um em Araranguá e um em Florianópolis. Fiz dois cursos de gado leiteiro. Daí eu ia fazer o curso, eu chegava em casa, eu dizia: olha, não é por aí. Falar é fácil, mas a gente na prática não é fácil. Ali você trabalhando dia a dia, falar com a boca, né? Planejava, dava tudo, mas você trabalhando, você não via lucro, nós tirávamos do chiqueiro pra poder manter as vacas, daí então fiz esses curso e eu tava na real, né? Porque eu via que no curso não era como aqui, que não era bem assim.¹⁶⁷

E não apenas o distanciamento da realidade dos colonos é questionado, mas também o pouco incentivo por parte do governo para implantar as mudanças sugeridas pelos técnicos na produção, uma vez que boa parte destas dependem de investimentos, ou seja, mais custos.

Curso eles convidam pra ir, mas lá eu vou fazer curso pra quê? Se o governo não dá assistência depois, eu vou fazer curso pra quê? São dois, três dias que nós vamos lá fazer curso pra quê? Pra perder tempo? Não resolve nada. Pra nós não tem futuro. O governo tinha que dar incentivo...¹⁶⁸

Outra preocupação dos colonos é com a preservação da natureza. Se tempos atrás o objetivo do agricultor era tornar toda e qualquer terra boa para o cultivo, neste momento, o produtor rural busca manter áreas de “mata” para garantir às gerações futuras o contato com a terra, com os animais selvagens, com a natureza em si. O mesmo comportamento aplica-se às águas da região, em especial ao rio Mãe Luzia, principal rio da região, já bastante poluído em função da mineração.

Eu gosto de conservar um pouquinho da natureza, senão mais tarde nossos próprios netos, até filho mesmo... tem alguns que já são adultos... é difícil conhecer a natureza.¹⁶⁹

Alguns colonos também questionam a compra de produtos industrializados, de alimentos orgânicos vendidos nos mercados e até mesmo da utilização da água fornecida pela

¹⁶⁷ Entrevista com Terezinha Sehnem.

¹⁶⁸ Entrevista com Paulo Borges.

CASAN (Companhia Catarinense de Águas e Saneamento), pois entendem que não são recursos totalmente naturais, pois na sua produção são utilizados agrotóxicos e outros componentes químicos, e, além disso, paga-se por algo que pode ser retirado da natureza gratuitamente. É interessante perceber que isto ocorre apesar da utilização de adubos e inseticidas na própria produção.

(...) então hoje, as próprias pessoas estão se envenenando elas mesmas. Daqui a pouco querem água da CASAN, fazem represa e tudo, mas daí o gasto sai muito, né? Daí tem que pagar até a água que tinha de graça. Verdura, tudo. E se vai comprar no mercado as frutas, é sempre assim, olha com os olhos aquela lá é bonita, é bonita, mas os bichos não mexeram, cheia de veneno. Tã se envenenando pela boca...¹⁷⁰

É fundamental considerar no processo de modernização do campo e constituição dos sujeitos envolvidos no processo, o papel e a atuação de algumas instituições como o Sindicato e as Cooperativas.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais Autônomos de Criciúma constituiu-se em meados da década de 60 a partir da regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, que “(...) procura organizar o sindicalismo rural dentro das mesmas coordenadas do sindicalismo urbano, isto é, atrelando o sindicato ao Estado, proibindo ao mesmo tempo o direito de greve e colocando o Estado como arbitro nos conflitos de classe.”¹⁷¹

Assim, é neste período que ocorre o processo de intensificação da sindicalização rural em Santa Catarina. De acordo com o jornal Tribuna Criciumense,

Com a visão democrática de libertação total do homem, por nós considerado como sujeito de sua própria história, vemos agigantar-se por todo o Brasil a campanha de sindicalização rural, no sentido de organização do homem do campo tendo em vista a defesa, a proteção de seus interesses econômicos e profissionais.¹⁷²

¹⁶⁹ Entrevista com Antonio Mariano e Rosa Souza.

¹⁷⁰ Entrevista com Albino e Elizete Wessler.

¹⁷¹ SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1980. P.23.

¹⁷² O homem do campo já tem seu sindicato. In: Tribuna Criciumense. Nº449. 29/02-07/03/1964. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

Durante a década de 60, formou-se a comissão nacional e diversas comissões estaduais de sindicalização rural para registrar e reconhecer os sindicatos constituídos. Neste momento, ocorre grande incentivo por parte do governo para a formação dos sindicatos rurais. É através dos sindicatos que se efetiva o processo de intervenção estatal no setor e muitas ações para a modernização do campo são postas em prática.

Conforme salientou Sorj,

(...) o período de 1964 a 1974 caracteriza-se pela destruição das formas autônomas de organização e representação das classes subordinadas. Dentro desse contexto, o Governo, porém, continuou agindo no meio rural em termos de extensão de legislação e serviços sociais oferecidos pelo Estado. Assim, o estatuto da terra promove os mecanismos de uma maior intervenção estatal ao nível de instauração de cooperativas, sindicalismo, assistência técnica e eletrificação rural. 173

Parece haver um consenso sobre a contribuição e participação do Sindicato na vida dos colonos. Para alguns, a entidade de classe somente é lembrada no momento da aquisição de notas fiscais para a venda da produção. Para outros, o sindicato trata da parte legal da aposentadoria, entrada e conferência de documentos, períodos de aquisição, etc.

Olha, o Lino [cônjuge] é sócio no sindicato, nós pagamos é imposto... essas notas que a gente usava muito quando tinha o chiqueiro, né? E, agora, vamos começar a usar bastante também por causa do fumo... 174

Tem bastante coisinha assim de nota fiscal, essas coisas, tudo, né? É tudo pego ali, tem bastante negócio de pagamento de imposto de terra. 175

(...) ajuda a encaminhar algum, alguma coisa sobre a aposentadoria quando a pessoa precisa e tal... Ele encaminha, né? Eu acho que é bom em várias partes, né? 176

As cooperativas têm há muito tempo papel de destaque na localidade. Grande parte dos colonos entrevistado percebe ser a principal possibilidade para se lidar com a situação que se apresenta há algum tempo na região.

¹⁷³ SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. P.73.

¹⁷⁴ Entrevista com Teresinha Sehnen.

¹⁷⁵ Entrevista com Francisco Eyng.

¹⁷⁶ Entrevista com Antonio Mariano e Rosa Souza.

A única salvação são as cooperativas e eu sou a favor da cooperativa. A cooperativa é o seguinte: o culpado é o próprio sócio também, porque se eu sou sócio de uma cooperativa, do sindicato, ou sei lá do que for, eu tenho direito de fiscalizar também. Eu posso chegar lá, em três ou quatro sócios: “oh, hoje eu quero ver como é que tá essa situação da cooperativa...” E isso ninguém faz, ninguém cobra, deixa tudo solto, né?¹⁷⁷

Deve-se considerar que esta região possui um histórico de cooperação entre os colonos e constituição de associações e cooperativas. Desde 1935, com a fundação da casa de comércio Sociedade União Colonial, os colonos da região de Forquilha organizam-se em entidades para elaborar e realizar ações para melhorarem a vida daqueles que ali residem. É o caso da Cooperativa de Eletrificação Rural, fundada em 1950, para melhorar a iluminação antes feita com lampiões de querosene; do Frigorífico Sul Catarinense S.A., fundado em 1963, para industrializar e vender a produção de carnes da localidade, e também da Cooperativa Agropecuária de Forquilha, fundada em 1965, para comercializar a produção anos após o fechamento da Sociedade.

(...) ajudamos a construir a igreja, depois construímos o salão paroquial, o cemitério foi a mesma coisa. Tudo em mutirão e tudo foi pago por um grupo de agricultores assim. E também o comércio, naquele tempo, a Sociedade União Comercial, e tudo foi feito assim, com as famílias, entre 110 e 130 famílias, e tudo foi feito, o trabalho em mutirão... Porque aqui nunca se pagou um servente... Tudo foi o povo que ajudou a fazer e os alicerces estão aí até hoje.¹⁷⁸

Em 1996, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, publicou um estudo sobre o histórico das cooperativas em Santa Catarina na qual evidencia que a maior parte das cooperativas existentes em 1964, cerca de 500, foram liquidadas “(...) por falta de objetivos definidos, obediência aos princípios cooperativistas e às determinações legais”.¹⁷⁹

De acordo com o Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina de 1971, difundiam-se as cooperativas com o objetivo de “(...) aperfeiçoar o sistema

¹⁷⁷ Entrevista com Venceslau Dias.

¹⁷⁸ Entrevista com Fridolino Steiner.

¹⁷⁹ ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. O Cooperativismo Catarinense. Florianópolis, 1996. P.07.

de armazenagem e comercialização.”¹⁸⁰ Entretanto, deve-se considerar que da mesma forma que os sindicatos, as cooperativas atendiam as necessidades de controle e disciplinarização do Estado. Conforme SORJ, o cooperativismo foi “(...) incentivado por motivos de caráter econômico – centralização da produção e do apoio técnico e assistência social, disciplinamento e controle do uso de crédito público e centralização.”¹⁸¹

Paulilo, ao analisar a questão da autonomia no processo de comercialização da produção, destaca que o surgimento da agroindústria na região parece ser mais um “(...) rearranjo, sem dúvida importante, nas suas relações de comércio do que algo totalmente novo”.¹⁸² Isto porque o colono dependia da figura do comerciante para vender a produção, uma vez que as redes de acesso ao mercado consumidor eram difíceis e não podiam ser financiadas pelos próprios colonos.

Todos os colonos destacam que, desde o início da década de 20, havia a figura do comerciante para negociar a produção dos colonos. Tudo que era necessário e que não podia ser produzido (sal, munição, remédios, querosene, entre outros produtos) nas propriedades era fornecido pelo comerciante. Este também era responsável pela venda da produção da colônia fora da comunidade.¹⁸³

Em 1935, com a decadência financeira do comerciante da região, foi fundada a Sociedade União Colonial. Esta casa comercial tinha o objetivo de comercializar o excedente da produção colonial e abastecer os colonos com os produtos essenciais, antes fornecidos pelo comerciante. Para tanto, era utilizado um sistema de troca simples. “Os colonos deixavam

¹⁸⁰ ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1971.

¹⁸¹ SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. P.74

¹⁸² PAULILO, Maria Ignez Silveira. Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos. O Caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. p.53.

¹⁸³ Sobre as redes de comercialização, a figura do comerciante e o papel das casas comerciais nas regiões de colonização alemã. Ver: SEYFERTH, Giralda. Imigração e Cultura no Brasil. Brasília: Ed. Da UNB, 1990.

seus produtos na venda, isto é, vendiam ao comerciante (que geralmente estabelecia o preço) e adquiriam no mesmo local tudo mais que necessitavam.”¹⁸⁴

Naquele tempo, a Sociedade União Colonial tinha no comércio tudo o que os agricultores precisavam. Inclusive o arado, até a bicicleta, máquina de plantar milho e toda ferramenta que se precisava, ou então, tecidos, tudo que o colono precisava. Em troca, entregava sua mercadoria. Digamos, entregava o porco vivo, e o arroz também que vendia, e com isso, comprava o que precisava para a manutenção da família. É tipo troca-troca. Trocando suas mercadorias por coisas que a família precisava.¹⁸⁵

Assim sendo, os colonos não questionam a necessidade de comercializar a produção exclusivamente com a agroindústria, uma vez que nunca tiveram o controle sobre o processo de comercialização. A produção sempre teve destinação específica: o comerciante ou a casa de comércio.

Os colonos parecem ser os primeiros a perceber as dificuldades para a convivência com o capitalismo no campo. Entretanto, conforme salientou Tedesco em seu estudo sobre a agricultura familiar no Rio Grande do Sul, o homem do campo, assim como os demais indivíduos e grupos sociais, nada mais é do que “(...) um personagem da sociedade brasileira moderna que tenta adaptar-se às suas exigências e beneficiar-se de suas possibilidades”.¹⁸⁶

Como bem descreveu Paulilo, “(...) apesar das críticas à integração, os entrevistados insistiam em se integrar e em defender a existência das agroindústrias”. Ou seja, os colonos atuam na realidade social buscando transformá-la em algo melhor, mas isso não quer dizer que eles assumem necessariamente posturas rígidas, estabelecendo lados e situações fechadas de contestação ou não. Conforme o que é tido como fundamental no momento, os colonos variam sua postura, favorecendo ou questionando a agroindústria, o governo, a sociedade, a

¹⁸⁴ LOCH, Ruth E. N. *A Influência da Exploração Carbonífera nas Atividades Agrícolas e no Desenvolvimento Global de Criciúma*. Dissertação de Mestrado, UFSC. Florianópolis: 1992. p.11.

¹⁸⁵ Entrevista com Fridolino Steiner.

¹⁸⁶ TEDESCO, João Carlos. *Terra, Trabalho e Família. Racionalidade produtiva e ethos camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.12.

própria classe... Isto se apresenta de forma bastante recorrente nos discursos proferidos pelos entrevistados.

Nem sempre os colonos integrados permanecem contrários à relação com a agroindústria e o processo de modernização do campo. Há que se salientar que as lutas, contestações, questionamentos, tentativas de mudanças são normalmente com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do homem do campo.

Isto fica claro nas entrevistas e também nos textos publicados, nos espaços cedidos aos produtores rurais, nos jornais da região. Como exemplo, pode-se destacar um artigo publicado pela Associação Rural de Criciúma, em março de 1964, no jornal *Tribuna Criciumense*, que questiona o aumento da taxa de câmbio para a importação de fertilizantes. Em momento algum, os colonos manifestam-se contra a utilização de insumos na produção, apesar de seu uso ser prática ainda recente no campo brasileiro.

Segundo este artigo, a

(...) Associação Rural de Criciúma [...] decidiu telegrafar ao Presidente da República protestando contra esta medida e alertando o Governo Federal do perigo desta política e do erro que está sendo cometido com a agricultura que precisa de adubos e de condições econômicas para poder apresentar colheitas fartas e promover a alimentação do povo.¹⁸⁷

Ocorre que a relação do homem do campo com a agroindústria não pode ser pensada somente a partir de questões como subordinação e dependência. Todos aqueles que se integraram fizeram por opção, e se continuaram vinculados à indústria, este fato decorre de algum benefício adquirido, mesmo que este seja muitas vezes imperceptível ou incompreensível àqueles que de fora observam.

Interessante é perceber a forma como estes produtores apesar das intempéries da vida, da luta constante, do desassossego, permanecem ligados ao campo, à terra. Como bem salienta Adriano Loch, um dos colonos entrevistados, “(...) aqui é difícil, porque o único

incentivo que tu tens é a tua força de vontade e a tua esperança no dia de amanhã cada dia melhor, né? Pro agricultor no Brasil tá difícil trabalhar, só quem gosta muito...”¹⁸⁸

É somente com muito gosto mesmo e parece que isto não falta. Afinal, o campo foi a sua escolha.

¹⁸⁷ Aumento da taxa de câmbio para a importação de fertilizantes. In: Tribuna Criciumense. N° 451. 14 a 21/03/1964. Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma.

¹⁸⁸ Entrevista com Adriano Loch.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo o campo brasileiro foi excluído da sociedade brasileira como um todo, por não ser considerado possível fator de desenvolvimento para o país. Foi somente a partir da década de 60, quando o setor agropecuário vinculou-se ao setor industrial, que o campo, até então visto como setor de atraso da economia nacional, tornou-se um agente de transformação e progresso para a sociedade brasileira. O campo surgiu como “verdadeiro” e legítimo o suficiente para ser enunciado, e, portanto, existir. Até este momento, o campo e o homem do campo ficaram esquecidos.

E, em Forquilha, hoje município da Região Sul de Santa Catarina, mas durante as décadas de 60 e 70, distrito da cidade de Criciúma, o tratamento dado ao campo não foi diferente. Pode-se dizer, contudo, que nesta região houve ainda um agravante: a importância estratégica dada à exploração do carvão mineral desde o início do século.

Com o interesse do Governo Federal pelo minério da Região Sul, a atividade carbonífera alternou ciclos de progresso e recessão, situação que persiste até os dias de hoje. Entretanto, com as constantes crises geradas pela instabilidade da economia carbonífera, a região compreendida por Criciúma e municípios vizinhos viu-se obrigada a iniciar um processo de diversificação industrial, nas décadas de 60 e 70.

A partir de então, a agropecuária associou-se às agroindústrias que aos poucos se instalaram na comunidade e passou a ser um aspecto fundamental para o progresso da região. Trata-se do processo de integração entre os colonos e as indústrias de processamento de alimentos.

A integração é apenas mais um dos pontos do processo de modernização do campo brasileiro. Neste momento, buscava-se tornar o homem do campo e o setor agropecuário modernos para os inserir nesta nova lógica de desenvolvimento capitalista: a industrialização

do país com foco na fabricação de bens duráveis. Para tanto, os agricultores deveriam ampliar a produção de modo a gerar recursos para a aquisição de máquinas e equipamentos para as suas propriedades, bem como gerar dividendos para possibilitar a importação dos bens de capital necessários para a implantação da indústria no Brasil.

Os esforços do Governo do Estado de Santa Catarina para a constituição deste homem moderno podem ser percebidos através da fundação da ACARESC e suas iniciativas a partir de então. Este órgão foi criado com objetivo de desenvolver um trabalho de extensão rural no campo catarinense.

Busca-se neste momento, implantar novas técnicas de cultivo, difundir outras formas de lidar com a terra, com os instrumentos de trabalho, com o conhecimento, com a produção, com o tempo, com a família e a educação dos filhos, ou seja, com a vida. Para tanto, para tornar moderno o campo e o homem que nele vivia, era fundamental reeducar, reelaborar, recriar, constituir tudo e todos que estivessem envolvidos no processo produtivo.

E os principais instrumentos utilizados para este fim foram: programas de assistência elaborados com a participação de técnicos para a difusão de novos conhecimentos (métodos de cultivo, utilização de máquinas, insumos industrializados e sementes selecionadas), o financiamento de crédito rural e a integração do setor agropecuário ao complexo industrial.

Há muito se têm realizado estudos acerca das relações entre os colonos e o governo, os colonos e as agroindústrias. Entretanto, em grande parte das análises feitas, este sujeito social parece estar à margem do processo, como se a sua história pudesse correr independentemente da sua participação.

Os colonos tiveram diferentes reações ao processo de integração: alguns assimilaram, outros negaram; alguns se mobilizaram, outros transformaram. Estes últimos, aos quais foi dada pouca importância até hoje nos estudos sobre o tema, questionaram a ordem social a qual faziam parte, seja através da não implantação de alguns preceitos fundamentais para a

modernização do campo brasileiro, seja analisando de forma crítica as diversas situações vividas e/ou reivindicando mudanças na relação apresentada entre agropecuária e indústria.

Desta forma, o crédito rural, a assistência técnica, a mecanização da produção, a monocultura, pontos primordiais para o ideal de modernização pretendido, são questionados em diferentes momentos e de diferentes formas pelo homem do campo. Ao contrário da assimilação simples de tais possibilidades, muitos colonos participaram ativamente da constituição de novas situações, novos valores, novas vivências.

Apesar de que as lutas e questionamentos dos produtores rurais nem sempre estiveram em oposição à agroindústria e ao governo, apesar das iniciativas do governo e elites industriais na construção de um novo homem do campo que estivesse adequado às necessidades do mercado, os colonos participaram ativamente do processo, fazendo escolhas, criando situações, vivenciando possibilidades.

É fundamental considerar os colonos como sujeitos sociais ativos e participantes da construção da realidade social de que fazem parte. Isto para que consigam perceber e analisar a historicidade de seus atos, de suas vontades, de suas vidas. A partir de então, é possível que o homem do campo torne-se visível para a sociedade e conquiste espaços de questionamento, de atuação ou apenas de vivência de diferentes formas de amar, sentir, desejar...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELATO, Dinarte. *Os Camponeses Integrados*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas. Campinas 1985.
- BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. *Lembranças de Velhos*. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BOSSLE, Ondina Pereira. *História da Industrialização Catarinense*. Das origens à integração no desenvolvimento brasileiro. 2ª ed. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.
- BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. 8ª ed. Petrópolis: FIDENE/Vozes, 1987.
- CAMPOS, Índio. *Os Colonos do Rio Uruguai*. Relações entre Pequena Propriedade e Agroindústria no Oeste Catarinense. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande:1987.
- CARNEIRO, Maria José. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz Flavio C., MOREIRA, Roberto José e BRUNO, Regina (orgs). *Mundo Rural e Tempo Presente*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.
- CAROLA, Carlos Renato. *Dos Subterrâneos da História: As Trabalhadoras das Minas de Carvão de Santa Catarina. (1937-1964)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.
- CARVALHO, Horácio Martins. A Estrutura das Classes Sociais no Campo. In: BONIN, Anamaria Aimoré, FERREIRA, Ângela D. Damasceno & HELM, Cecília M. Vieira. *Movimentos Sociais no Campo*. [prefácio: Octávio Ianni]. Curitiba: Criar/Scientia et Labor – Ed. da UFPR, 1987.
- CARVALHO, João Carlos M. de. *Camponeses no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. 3ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. 1. Artes de Fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações: 1972-1990*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- ECO, Umberto. *Baudolino*. 4ªed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- ELIAS, Denise. *Globalização e Modernização Agrícola*. Revista Paranaense de Geografia. Nº01. Curitiba, 1996.
- ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FÉLIX, Loiva Otero. *História e Memória: A Problemática da Pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1998.
- FLORES, Maria Bernardete Ramos. *Oktoberfest. Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. [tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque]. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. [tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio]. 5ªed. São Paulo: Ed. Loyola, 1999. (Leituras Filosóficas -1).
- GATELLI, Gema. *A Evolução Econômica de Forquilha*. Monografia de Especialização apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da FUCRI. Criciúma, 1987.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. [tradução: Raul Fiker] São Paulo: Editora UNESP, 1991. – (Biblioteca Básica).
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Paixão da Terra*. Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia. Rio de Janeiro: Rocco/Socii, 1984.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *Questão Agrária e Ecologia: Crítica da Moderna Agricultura*. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GRAZIANO NETO, Francisco. *A Tragédia da Terra. O Fracasso da reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Iglu/Jabuticabal, SP: Fundação de Estudos em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, 1991.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes/FAES, 1987.
- GUATTARI, Felix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- GUATTARI, Félix. *Linguagem, Consciência e Sociedade*. In: LANCETTI, Antonio (dir) *SaúdeLoucura2. Saúde em Debate* 31. 3ªed. São Paulo, 1990.
- HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. [tradução: Celina Cardim Cavalcanti]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. *Não basta a história da identidade*. In: *Sobre História*. [tradução: Cid Knipel Moreira]. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LECOURT, Dominique. *A Arqueologia e o Saber*. In: FOUCAULT, M., ROUNAET, S.P., MERQUIOR, J. G., et.all. *O Homem e o Discurso. A Arqueologia de Michel Foucault*. 2ªed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. (Comunicação – 3).
- LE GOFF, Jacques. *História. In: História e Memória*. [tradução: Irene Ferreira]. 2ªed. São Paulo: Ed. Da UNICAMP. 1992.
- LEVI, Giovanni. *Sobre a Micro-História*. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LOCH, Ruth E. N. *A Influência da Exploração Carbonífera nas Atividades Agrícolas e no Desenvolvimento Global de Criciúma*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 1992.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Campos do Atraso, Campos Modernos*. Discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975). Florianópolis: Dissertação de Mestrado. UFSC, 1997.

- MARIGHELA, Carlos; BORGES, Fragmon Carlos; et alli. *A questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Terra e Poder: o problema da terra na crise política. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MATTOS, Fernando Marcondes de. *A Industrialização Catarinense*. Análises e Tendências. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1968.
- MATTOS, Fernando Marcondes de. *Santa Catarina. Nova Dimensão*. Florianópolis: UFSC, 1973.
- MICHELS, Ido L. *Crítica ao Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Do planejamento econômico – 1956 aos precatórios – 1997. Campo Grande: Ed. da UFMS, 1998.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. *História Oral e Memória*. A cultura oral revisitada. 3ªed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MONTERO, Maritza. *Estratégias discursivas ideológicas*. In: LANE, Sylvia T. M. & SAWAIA, Bader B. (orgs.) *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MOREIRA, Roberto José. *Agricultura Familiar. Processos Sociais e Competitividade*. Rio de Janeiro: Mauad; Sideropédica, RJ: UFRJ/CPDA, 1999.
- MORIN, Edgar. A Noção de Sujeito. In: SCHNITMAN, Dora F. (org.) *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Medicas, 1996.
- NORÁ, Pierre. Entre Memória e História. A Problemática dos Lugares. [tradução: Yara Aun Khoury]. In: PROJETO HISTÓRIA. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e o Departamento de História da PUC/SP. São Paulo. Nº10. Dezembro/93.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogo de Espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- OLINGER, Glauco. *Ascensão e Decadência da Extensão Rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- OLINGER, Glauco. A Agropecuária Catarinense. In: ABREU, Alcides, OLINGER, Glauco, et.alli. *Ensaio sobre a Economia Catarinense*. Florianópolis: EDEME, 1970.
- ORLANDI, Eni P. Linguagem e Método: uma questão da análise do discurso. In: *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1998. (Coleção passando a limpo).
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos*. O caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.
- PEREIRA, Francisco José; LODDER, Celsius A; et alli. *A Questão Agrária e o Desenvolvimento Nacional*. Florianópolis: Editora da UFSC/SUDESUL, 1987.
- PEREIRA, Nereu do Vale. *Desenvolvimento e Modernização*. Um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunardeli, [19-].
- POLI, Odilon. *Leituras em Movimentos Sociais*. Chapecó: Grifos, 1999.

- SANTOS, Johanna Steiner dos. *Indústria, Urbanização e Desenvolvimento. Forquilha – SC. Décadas de 60 e 70*. Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1999.
- SANTOS, Clarice Schultz. *As moças que não podiam casar. O caso das extensionistas sociais da ACARESC (1956-1982)*. Trabalho de Conclusão do Curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- SANTOS, Maurício Aurélio dos. *Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UDESC, 1997.
- SEYFERTH, Giralda. *Imigração e Cultura no Brasil*. Brasília: Ed. Da UNB, 1990.
- SILVA, Claiton Marcio. *Saber, Sentir, Servir e Saúde. A Construção do Novo Jovem Rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2002.
- SILVA, José Graziano da. *A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira*. Campinas, SP: UNICAMP – Instituto de Economia, 1996.
- SILVA, José Graziano da. *Tecnologia & Agricultura Familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1980.
- TEDESCO, João Carlos. *Terra, Trabalho e Família. Racionalidade Produtiva e Ethos Camponês*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- TEIXEIRA, José Paulo. *Os Donos da Cidade. Poder e Imaginário das Elites de Criciúma*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa I. A Árvore da Liberdade*. 3ªed. [tradução: Denise Bottmann]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivo: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FV, 2001.
- VOLPATO, Terezinha Gascho. *A Pirita Humana. Os Mineiros de Criciúma*. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.
- WERNER, Bernardo Wolfgang. *Transformações e Tendências do Setor Secundário no Brasil e seus Reflexos em Santa Catarina*. Florianópolis, out/1974. (brochura)
- WHITE, Hayden. O Fardo da História. In: *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. [tradução: Alípio Correia de Franca Neto] São Paulo: Ed. Da USP, 1994. – (Ensaio de Cultura; vol.6)

FONTES

ENTREVISTAS

Adriano Loch

Albino Wessler

Antonio Mariano Souza

Celsa Arns Eyng

Elziro Borges

Ema Minato

Elizete Wessler

Francisco Eyng

Fridolino Steiner

Genir José Steiner

Guido Eyng

Hervino Junkes

Hilda Arns

Irio Tiscoski

José Francisco Eyng

Marino Preis

Mário Westrup

Nilza Arns Nuremberg

Olindo Scarduelli

Olivia Maria de Almeida Zanoni

Paulo Borges

Relinde

Rosa Souza

Rudi Steiner

Terezinha Sehnen

Venceslau Dias

Zeferino Vitali

RELATOS AUTOBIOGRÁFICOS IMPRESSOS

ARNS, Frei J. Crisóstomo (org.) Tempo do Pai. Gabriel Arns (1890-1990). Curitiba: FAE, 1990.

ARNS, Frei J. Crisóstomo (org.) Mãe Helena. A Oma. Curitiba.

ARNS, Otília. Criciúma: 1880-1980. “A semente deu bons frutos”. Florianópolis: IOESC, 1985.

BACK, Adolfo. História de Forquilha. Criciúma: UNESC, 1995.

LOCH, Benno. Da Lâmpada de Querosene ao Computador. Atlanta: Ed. do Autor, 1997. Coleção Memória do Sul Catarinense, 2.

SILVA, Walburga Arns. Saga de uma família teuto-brasileira. Lehrer Arns. Registro e Vida de um Professor de Colônia. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1998. Série Estudos Teuto-Brasileiros 4.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Modernização da Agricultura Catarinense. Instrumentos criados para a ação governamental no setor agropecuário. 1970-1974.

_____. Como modernizar a agricultura e produzir mais alimentos. A experiência catarinense. 1974.

_____. Extensão Rural: 25 anos com o pequeno agricultor. Santa Catarina, dez/1981-jan/1982.

_____. Relatório de Atividades do ETA – Projeto 17. 1956.

_____. Relatório de Atividades do ETA – Projeto 17. 1957.

_____. Relatório de Atividades do ETA – Projeto 17. 1958.

_____. Relatório de Atividades do ETA – Projeto 17. 1959.

_____. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1960.

_____. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1961/1962.

_____. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1964.

_____. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1965.

_____. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1966.

_____. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1970.

_____. Relatório de Atividades do Serviço de Extensão Rural de Santa Catarina. 1971.

BORNHAUSEN, Jorge Konder. Saudação do Governador do Estado de Santa Catarina aos Criciumenses pelo Centenário da Cidade. Florianópolis: 04/dezembro/1980.

COMISSÃO DE ESTUDOS REGIONAIS DO SENADO FEDERAL. V Encontro de Estudos e Debates. O II PND e os Programas de Desenvolvimento Regional no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 04 a 07 de dezembro de 1975.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. Carnes e Derivados - Realidades e Perspectivas em Santa Catarina. 1969.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina. Documento Básico. Florianópolis: Imprensa Oficial de Santa Catarina, 1960.

FIGUEIREDO, João Batista. Mensagem do Presidente da República ao Povo de Criciúma em virtude do Centenário da cidade. Brasília: 06/janeiro/1980.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Vantagens Locacionais e Oportunidades Industriais. I Seminário de Integração Nacional. 1975

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Folder de divulgação dos potenciais turísticos da região. Década de 70.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRICIÚMA. Programa. Criciúma 84. Criciúma: Intermediário, 1984.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Agricultura. Programa de Trabalho para o Período de 1961/1965.

_____. Agricultura. Projeto: Batata Semente Certificada. 1967.

_____. Agricultura. Prioridade Um. 1969.

ARTIGOS

Jornal Tribuna Criciumense

Acervo do Arquivo Histórico Municipal de Criciúma

Criciúma: Seu Progresso e Seus Problemas. Nº335. 20/11/1961.

Oportunas Conclusões do Seminário Ruralista Sul Catarinense. Melhores Dias para a Agricultura Sulina. Nº335. 20/11/1961.

Grupo de trabalho para planejar e garantir a estabilidade e desenvolvimento agrícola e industrial de nosso município. Nº372. 18/08/1962.

Precisamos de Novas Industrias. Nº443. 18 a 25/01/1964.

Imprensa a serviço do ensino agrícola transcreveu: Educação adequada e trabalho agrícola organizado. Nº447. 15 a 22/02/1964.

Industrialização: Fator de Progresso. Nº448. 22 a 29/02/1964.

Associação Rural de Criciúma protesta: Aumento da taxa de câmbio para a importação de fertilizantes. Nº451. 14 a 21/03/1964.

SITES

www.agricultura.sc.gov.br

www.amrec.hpg.ig.com.br

www.criciuma.sc.gov.br

www.epagri.rct-sc.br

www.fecam.org.br

www.forquilha.sc.gov.br

www1.ibge.gov.br